

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RODRIGO DALÉ SILVA

**A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA:
O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS
DESENVOLVIMENTISTAS NA REGIÃO**

**BRASÍLIA - DF
2013**

RODRIGO DALÉ SILVA

**A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA:
O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA
REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

**BRASÍLIA - DF
2013**

RODRIGO DALÉ SILVA

**A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA:
O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA
REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

BANCA EXAMINADORA

**BRASÍLIA - DF
2013**

Aos meus pais pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente os meus pais por sempre me apoiarem e aconselharem neste percurso universitário que já se estende por 4 anos.

Ao meu professor orientador, Fernando Sobrinho pelo direcionamento dado durante a produção deste trabalho.

A todos os colegas de curso que partilham desta experiência.

RESUMO

A Amazônia surge, a partir da segunda metade do século XX como nova fronteira a ser explorada dentro do Brasil. A sua imensidão e abundância de recursos naturais passa então a chamar atenção não só nacionalmente, mas também internacionalmente. Mais recentemente, a crescente preocupação mundial com o clima planetário, altos índices de poluição, desmatamento e a finitude de matéria prima elevam a questão amazônica a outro nível. O presente trabalho aborda inicialmente as diversas problemáticas hoje existentes na Amazônia. O histórico de ocupação da região bem como os diferentes agentes que atuam na Amazônia nos dias atuais e os conflitos entre estes agentes são também tratados em um primeiro momento. Em seguida faz-se uma análise do planejamento territorial realizado na Amazônia, em especial na década de 1990 e início dos anos 2000, dando ênfase aos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, inserido nos programas Brasil em Ação e Avança Brasil. Por último é feita uma abordagem das políticas públicas e estudos realizados mais recentemente e como estes impactam na atual realidade da Amazônia.

Palavras chave: Amazônia, desenvolvimento territorial, políticas governamentais e conflitos fundiários.

ABSTRACT

From the second half of the twentieth century the Amazon becomes a new frontier to be explored. The abundance of resources and its geographical extension are now, the centre of attention nationally and internationally. More recently, with the growing concern with climate change, pollution and deforestation as well as the realization of the finitude of resources brings up the Amazon discussion to a complete new level. The present paper brings about the variety of current issues related to this question. Firstly, the history of the occupation of the region as well the impact of different agents and the conflicts between these groups. The work develops by analyzing the planning of territorial occupation, specially during the 90s and beginning of years 2000 with the implementation of the "Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento" as part of the "Brasil em Ação" and "Avança Brasil" programs. Lastly, this paper focusses on how public policies and more recent studies interfere in the reality of the Amazon.

Key Words: Amazon, territorial development, government policies, land conflicts.

LISTA DE ILUSRTAÇÕES

- Figura 1 Eixos de ontem, de hoje e de amanhã.
- Figura 2 A Amazônia Legal brasileira.
- Figura 3 Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985 – 1996.
- Figura 4 Espaço Tempo na Amazônia.
- Figura 5 Desmatamento na Amazônia Legal brasileira.
- Figura 6 População Urbana da Amazônia Legal – 2000.
- Figura 7 Brasil - Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.
- Figura 8 Principais projetos planejados na Amazônia.
- Figura 9 Total de área desmatada na Amazônia Legal no período entre 1989-2003.
- Figura 10 Obras de transporte rodoviário e ferroviário do PAC I e PAC II, na Amazônia.
- Figura 11 Eixos de Integração da América do Sul.
- Figura 12 Bacias Hidrográficas com Rios Fronteiriços e Transfronteiriços.
- Figura 13 Produção Hídrica e Disponibilidade Hídrica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Valores previstos para os Eixos entre 2000 e 2007.

Tabela 2 Número de áreas protegidas afetadas pelas estradas a serem pavimentadas no programa Avança Brasil.

Sumário

Sumário.....	10
INTRODUÇÃO	11
1. Capítulo: Histórico de ocupação e conflitos entre crescimento econômico e políticas de desenvolvimento.....	14
2. Capítulo: A Questão da Integração da Região Amazônica nas Políticas Territoriais da Década de 90.....	30
2.1 A crise dos anos 80 e a ocupação da Amazônia.....	30
2.2 A retomada dos programas de desenvolvimento regional na Amazônia na década de 90	32
2.3 Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.....	33
2.4 Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003).....	39
2.5 Resultados e contradições	42
3. Capítulo: Abordagens mais recentes e perspectivas futuras para a Amazônia.....	45
3.1 As tendências de mercado.....	45
3.2 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	47
3.3 Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
SAUER, SÉRGIO e ALMEIDA, WELLINGTON (ORG.) Terras E Territórios Na Amazônia: Demandas, Desafios E Perspectivas. Editora UnB, 2011.....	67

INTRODUÇÃO

A Integração da Amazônia tem sido objeto de preocupação do Estado ao longo, especialmente, das últimas décadas.

Becker (2005) esclarece que com as mudanças ocorridas nas últimas décadas na região, novos atores têm papel central no que se refere à implementação de políticas públicas que visem uma maior integração da Amazônia. Hoje, a sociedade civil organizada, os governos estaduais e a cooperação internacional além de diversos outros interesses dominantes, constituem, muitas vezes, obstáculos para a integração, pelo conflito de interesses que apresentam. “A Amazônia é hoje uma região em si, que demanda uma política de consolidação do desenvolvimento” (Becker, 2005).

Propõe-se com este trabalho, uma breve contextualização do processo de formação histórico-geográfico e dos conflitos de interesses presentes na região, seguido de uma análise das políticas governamentais implantadas da segunda metade do século XX até os dias de hoje. Com especial enfoque nos programas Brasil em Ação (1996) Avança Brasil (2000) - ambos pautados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - e nas políticas e estudos realizados a partir do ano 2000.

Em seu “Os Eixos da Integração e Desenvolvimento e a Amazônia”, Becker (1999) reflete sobre o papel destes eixos no desenvolvimento e conseqüente integração da região.

A partir dos anos 70, o governo começa a pensar na questão da integração nacional considerando o processo de ocupação e industrialização para a formação de políticas de integração e desenvolvimento mais adequadas à realidade.

As propostas do governo militar se inseriram em uma lógica estritamente desenvolvimentista. A Amazônia passa a ser vista como região estratégica a ser incorporada ao território nacional. “Integrar para não entregar” era o lema. A construção de rodovias e a criação de pólos de crescimento foram os meios adotados para se alcançar o objetivo, segundo Becker (2000)

No período a partir de 1985 até o início da década de 1990, em razão da crise do petróleo e a dívida externa que assolava o país, além de movimentos ambientalistas que se manifestaram pelo mundo, percebe-se um resfriamento das políticas desenvolvimentistas.

De meados da década de 1990 em diante no entanto, resgata-se este ideal através de megaprojetos de infraestrutura. Em 1996, o governo lança, dentro do Programa Brasil em Ação, os Eixos de Integração e Desenvolvimento da Amazônia. Becker (1999) chama de ‘malha programada’ o conjunto de estratégias que o governo adotou como forma de integrar e desenvolver a Amazônia.

Dentro desta malha programada, a implantação de pólos de crescimento que funcionassem como circuitos de interligação financeira e comercial com as demais regiões do país e no âmbito internacional, teve papel central na integração da Amazônia. A Zona Franca de Manaus é um bom exemplo destes circuitos.

Becker (2001) explica os dois modelos de ocupação: exógeno (predominantemente baseado em uma visão externa, iniciativas e programas de fora para dentro, dando prioridade relação com as grandes metrópoles) e endógeno (baseado numa visão interna do território com ênfase no desenvolvimento local). A ocupação da região até recentemente foi mais exógena com “investimentos públicos em infraestrutura e privados em agronegócios” (Becker, 2001). No entanto, este cenário vem se modificando por conta das demandas de grupos locais, interesse nacional e pressões ambientalistas nacionais e internacionais. As relações passam a ser locais - globais. Contudo, o modelo exógeno não é de todo descartado. O Programa Avança Brasil e os eixos do desenvolvimento dão o tom das políticas públicas que acabam se conflitando. Por um lado aqueles que lutam pela conservação da região, seus costumes, seus recursos. E, de outro, os que propõem um desenvolvimento acelerado.

Em “Geopolítica da Amazônia”, Bertha Becker (2005), afirma que é urgente mudar o padrão de desenvolvimento que se adotou a partir de 1960 até os anos 80. O desenvolvimento territorial, sem o uso predatório dos recursos e riquezas da Amazônia deve ser a nova linha de condução das políticas de integração da região. Forças exógenas, que até então vinham tomando conta da região, perdem espaço para o que Becker chama de ‘resistências regionais’, que agora passam a conhecer seus direitos e adquirir consciência sobre a utilidade de seus próprios conhecimentos para o desenvolvimento da Amazônia. Assim, surgem conflitos, não

mais somente sobre as terras, mas entre as necessidades da região e as demandas externas. Becker pontua que estes conflitos contribuem para manter a imagem arcaica que se tem da Amazônia, dificultando, assim, a “elaboração de políticas públicas adequadas a região”.

O presente trabalho destaca os crescentes impactos do agronegócio na fronteira de expansão deste setor na Amazônia. Os conflitos entre comunidades tradicionais como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e indígenas e os grandes produtores de grãos.

Impactos que se mostram quase sempre negativos do ponto de vista cultural, social e ambiental mas são justificados pelo crescimento da economia através da exportação de commodities. A óptica moderna que se restringe a uma análise econômica do desenvolvimento parece ser o ideal por trás de um modo de planejamento que já se estende por algumas décadas.

Sustenta-se que soluções para o futuro da Amazônia dependem de ações conjuntas entre Estado, comunidade científica e principalmente as populações que lá residem. Estas, possuem conhecimentos que vem sendo agregados a centenas de anos através de seus ancestrais. (Serra e Fernández, 2004, p. 127).

A Amazônia é hoje uma região moldada pelas diversas forças que nela atuam. Se em dado momento o domínio de instituições governamentais, a expansão econômica e populacional eram os principais agentes. Nos dias de hoje, como coloca Becker (2004), verifica-se atuações mais fortes por parte destas forças mais recentes. Comunidades locais, a cooperação internacional e os governos estaduais são a expressão dessa nova configuração. É portanto uma região de diversas fronteiras em coexistência, nacional e internacionalmente.

1. CAPÍTULO: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E CONFLITOS ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO.

Objetivo do capítulo: Analisar a complexidade e diversidade regional da Amazônia e avaliar os conflitos entre crescimento econômico e políticas de desenvolvimento e integração da região.

Para que se possa empreender na análise de problemas e soluções para a Amazônia e compreender a importância da região para o Brasil e o mundo faz-se necessário o entendimento da construção histórica da ocupação da região (Becker, 2004 p. 23). Teremos assim um melhor entendimento perante as políticas de desenvolvimento para a região e suas especificidades.

Até mesmo no período pré-colombiano as principais faixas de ocupação na Amazônia se davam nas margens dos rios. Machado (1999, p. 2):

Durante séculos, mesmo na época pré-colombiana, a disposição geográfica do povoamento na região amazônica obedeceu ao traçado da rede fluvial, por onde se fazia a circulação.

Pelos idos de 1616 inicia-se lenta e gradativa apropriação da região Amazônica. Mas a Amazônia, como é hoje, começa a configurar-se a partir de 1850, com a exploração da borracha (Machado, 1989). Entre 1899 e 1930 houve a definição dos limites da região. Portanto, de 1616 aos dias de hoje a Amazônia passou por uma formação territorial, planejamento regional e fronteiras socioambientais que foram se definindo do ponto de vista geográfico, histórico e social.

A ocupação iniciou-se fortemente com a exploração da borracha. Becker (2004, p. 24) destaca três fatores que influenciaram preponderantemente na ocupação da região como a conhecemos hoje : a “ocupação tardia” e muito dependente do mercado externo; a “importância da geopolítica” e a “experiência e o confronto dos modelos de ocupação territorial”

O primeiro fator relaciona-se com o crescimento econômico da Europa através de sua expansão marítima e a visão de que a Amazônia, assim como toda a América Latina, fossem fontes de recursos “inesgotáveis” – percebidos como “infinitos” (Boulding, 1966 e Becker, 1997). A Amazônia foi “devassada” para a extração e produtos de interesse comerciais momentâneos, como a borracha.

O segundo elemento aponta para a importância geopolítica e os modelos de ocupação da região com duas vertentes distintas: uma com foco “externo” - nos interesses dos governos da vez - de portugueses a brasileiros, através de intervenções em pontos estratégicos, como na foz de grandes rios. E a perspectiva endógena com foco na relação das Missões jesuítas e os índios. É importante destacar que, embora a ‘ocupação’ do ponto de vista exógeno teve grande influência na unificação política da região, a endógena teve mais sucesso por ter privilegiado o desenvolvimento local com atores locais e de forma mais organizada. (Becker, 2004).

A partir da segunda metade do século XX houve um foco maior na importância do desenvolvimento da região. Deu-se uma maior intervenção do Estado mas não de maneira efetiva, planejada ou uniforme. Essa fase corresponde à implantação do estado Novo, por Getúlio Vargas - que foi, no que se refere a Amazônia, mais ‘discursivo’ que prático. Becker (2004) mostra que a criação da Fundação Brasil Central em 1944, a delimitação científica da região e a criação da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA) foram iniciativas que ficaram mais no papel do que na implementação de programas concretos. Somente no governo JK e o programa “Cinquenta anos em cinco” e a criação das Rodovias Belém Brasília e Brasília-Acre houve um ‘boom’ na migração. A população cresceu de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960 (Neto, 2009).

Porém, foi de 1966 a 1985 quando os governos efetivaram um planejamento regional verdadeiro (Becker, 1982). O Estado passa a ter maior ingerência, em parte, por três razões: devia-se buscar soluções para conflitos sociais internos causados pela expulsão de pequenos agricultores das regiões sudeste e nordeste; por questões de segurança em face da facilidade de migração de países vizinhos para a região e por causa da construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, projeto de rodovia que ligaria longitudinalmente Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, tirando do Brasil o papel de ator principal na região.

Além disso, à época (anos 60) havia uma grande preocupação por parte do governo e de universitários entusiasmados com o conhecido “inferno verde” com o que se chamou de tentativas de internacionalização da Amazônia .

Um projeto do Instituto americano Hudson para se criar um lago que facilitaria a circulação e exploração da região reforçou o idealismo e patriotismo de grupos de intelectuais e estudantes que se posicionaram (através do Projeto Rondon) na defesa e proteção da Amazônia como ‘patrimônio nacional brasileiro’. O projeto passa a ter caráter permanente e é vinculado ao Ministério do Interior. O “ideal de integração” passa a ser a fundamentação ideológica de todas as ações na Amazônia, que a partir de então se tornou o centro de todas as atenções. (UFRGS)

Becker (1990) explica que para acelerar o crescimento da região, cria-se a Zona Franca de Manaus e entre 68 e 74 o Estado Brasileiro cria diversas estratégias territoriais com o objetivo de fortalecer a apropriação e controle do território. Rodovias, incentivos fiscais a migração, melhoria das telecomunicações, etc., foram algumas das ações tomadas pelo governo para incentivar o desenvolvimento da região e “protegê-la” da internacionalização. O Projeto “Calha Norte” foi o auge destas iniciativas, instituído para proteger grandes áreas de fronteira dos “olhos cobiçosos do mundo”.

O impacto destas ações trouxe inúmeros prejuízos à região como devastação da floresta, conflitos entre povos locais e migrantes, desapropriação indevida de terras, além do impacto social e ambiental sem precedentes (Becker, 2004). A autora mostra que com a violência e agressividade destes programas de desenvolvimento acelerado houve perdas enormes no que se refere à cultura e hábitos, história, saberes e costumes locais.

A corrida ao extrativismo, as “estratégias de controle do território e os modelos de ocupação” (Becker, 2004) foram fatores que moldaram a formação territorial da Amazônia até os dias de hoje.

Com a questão ambiental sendo cada vez mais crucial, a pressão internacional e nacional “gera um vetor tecno-ecológico” (Becker, 2004) que faz da Amazônia uma região de fronteira socioambiental de extrema importância não só para o Brasil, mas para o mundo.

Como resultado desta preocupação, muitos projetos multinacionais e de organizações não governamentais com foco em preservação trouxeram para a região uma nova forma de ser (suas comunidades e povos), que, de certa forma, repete o desenvolvimento endógeno do idos de 1700 (Becker, 2004).

A partir de 1996 dá-se uma nova forma de ocupação regional marcada por políticas conflitantes que explicam a sua denominação - “a incógnita de heartland”¹. Há uma retomada do planejamento territorial fortalecendo o vetor tecnico-industrial (Becker, 2004). Com os programas Brasil em Ação e Avança Brasil, de 1996 e 1999, respectivamente, que se baseavam nos Eixos Nacionais de Integração, houve uma retomada de “forças exógenas” que se interessavam pela exploração de recursos naturais da região.

Becker esclarece (2004) que a Amazônia de hoje não é mais a dos anos 60. Alguns elementos cruciais possibilitaram mudanças substanciais, quais sejam: conectividade interna e com o resto do mundo; estrutura industrial com foco na industrialização; urbanização; “A Amazônia é, hoje, uma floresta urbanizada com 69,07% dos habitantes vivendo em núcleos urbanos”, Becker 2004); a mudança na estrutura da sociedade regional; enfoque socioambiental. Neste último elemento, vale ressaltar o conflito de interesses entre projetos conservacionistas e de outro lado, desenvolvimentistas, que faz com que a questão socioambiental seja uma questão muito politizada, especialmente quando nos referimos à Amazônia, dada sua importância mundial.

Segundo Becker, estas forças antagônicas marcadas por questões como “agropecuária capitalizada”, “reprodução do ciclo de exploração da madeira”, “experiências sustentáveis de extrativismo florestal” etc., fazem parte de um jogo cujos resultados são difíceis de serem previstos, deixando no ar a questão do povoamento atual da região.

A figura 01 apresenta os principais eixos de integração que representam os vetores majoritários de circulação na Amazônia e o período em que os mesmos se deram.

Figura 01: Eixos de ontem, de hoje e de amanhã.

¹ Termo cunhado por Sir Halford Mckinder em 1904 para a massa continental eurásiana. Fundamenta-se em extensão territorial, autodefesa decorrente de feições geográficas no seu entorno e grandes possibilidades de mobilidade intensa - que lhe atribuíram condições para exercer o poder mundial

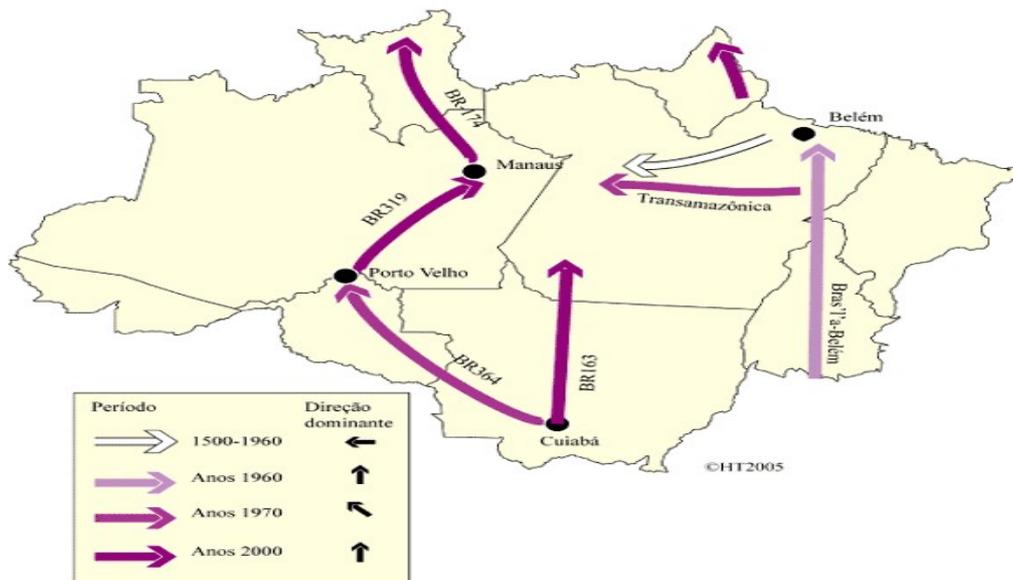


Figura 01: Eixos de ontem, de hoje e de amanhã.
Fonte: Théry, 2005.

A Amazônia propriamente dita, região compreendida pela bacia do rio Amazonas, ocupa nove países da América do Sul, respectivamente: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e Peru, exigindo, desta maneira, a necessidade de ações conjuntas entre os países para o desenvolvimento da região e preservação dos seus recursos naturais e humanos. No Brasil o bioma Amazônia integra todos os estados da região norte e parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, ocupando cerca de 40% da área total do país.

Em 1953 com o intuito de planejar o desenvolvimento da região, foi estabelecido no Brasil, o conceito de Amazônia Legal, que determina os limites territoriais a nove estados da federação: Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso, Tocantins e mais recentemente acrescentou-se a essa lista, parte do estado do Maranhão. (IPEA, 2012). A Amazônia Legal ocupa uma área de 5.217.423km², o equivalente a 59% do território nacional segundo o IBGE. Dos nove estados que fazem parte da Amazônia Legal sete fazem parte da região norte do país, sendo que Maranhão e Mato Grosso fazem parte da região nordeste e centro-oeste respectivamente.



Figura 02: A Amazônia Legal brasileira
 Fonte: HALLER, Archibald O. et. al., 2000.

Através desta rápida análise da dimensão da Amazônia já é possível observar o alto grau de atenção que a região merece por parte dos agentes de estados e da sociedade de forma geral. A complexidade da região não se limita, porém, às supracitadas. As dificuldades vão muito além da questão territorial e de divisas internacionais. É uma região de intensos conflitos de interesses entre latifundiários, grileiros, posseiros, indígenas, madeireiros, ruralistas, ambientalistas, grandes empresas e organismos e governos internacionais. Como esclarece Mello (2006, p. 23):

Reconhece-se a Amazônia, hodiernamente, como um espaço que representa a simultaneidade de interesses nacionais e locais, regionais e globais. Um espaço construído por populações diversas. Um espaço ao mesmo tempo causa e consequência dos paradoxos existentes em cada uma dessas escalas.

Oliveira (2001, p. 190), sintetiza a situação do índio no Brasil de forma clara:

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas. Como já mencionado em outro trabalho, esta luta entre as nações indígenas e a sociedade capitalista européia, anteriormente, e de características nacionais versus internacional, na atualidade, nunca cessou na história do Brasil. Os indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a sociedade brasileira capitalista, mundializada, insiste na sua capitulação. As “reservas” indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas, porém, e muitas vezes desrespeitadas.

Mais adiante em sua obra (2001) destaca também a luta dos posseiros. De um lado contra as expropriações que os caracteriza e do outro contra os “jagunços dos latifundiários especuladores e grileiros”:

Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores.

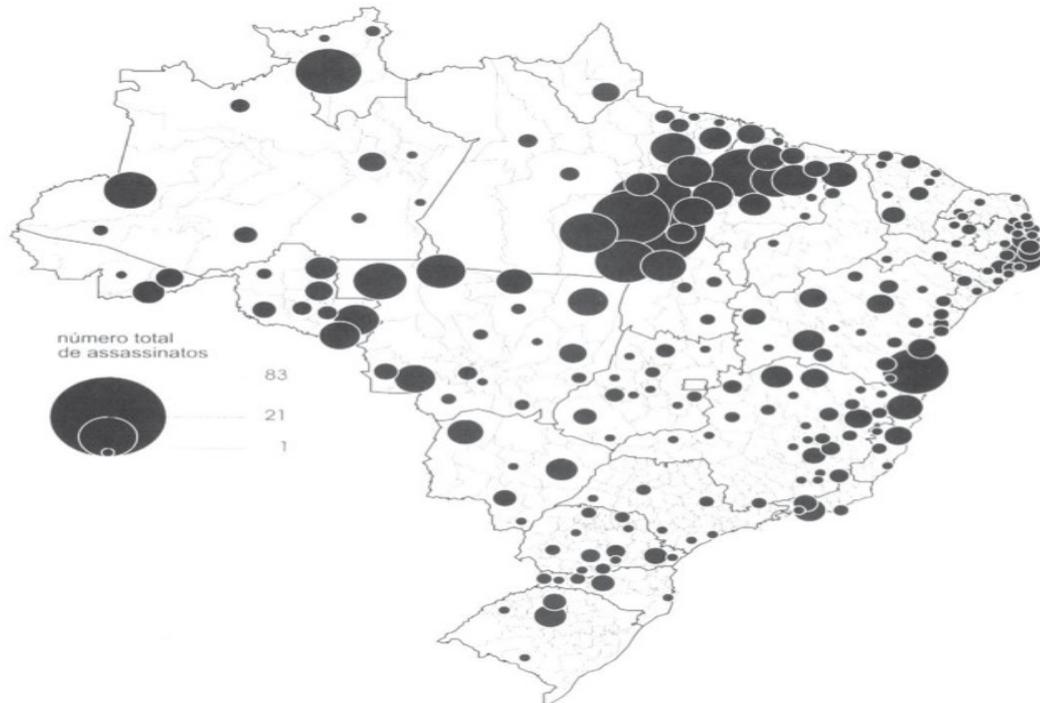


Figura 03: Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985 - 1996
 Fonte: Oliveira, 2001 p. 193.

A figura 03 explicita o número de mortos por conflitos no campo. Observa-se claramente uma concentração de vítimas fatais nas partes leste do Pará, oeste do Maranhão e norte do Tocantins, a região chamada de “Bico do Papagaio” que apesar de não fazerem parte da área de expansão do cerrado, refletem as políticas estaduais de incentivo ao plantio comercial fora destas áreas, segundo o IBGE.

Há de se frisar que existem hoje, no mundo, diferentes tipos de interesses perante a Amazônia. É possível reconhecer agentes com interesses legitimamente ambientalistas; agentes que incorporam a nomenclatura “ambientalista” em uma tentativa de mascarar seus verdadeiros interesses; agentes que dependem da natureza historicamente para sobrevivência, caso dos índios e comunidades extrativistas e agentes que veem a Amazônia como trunfo econômico e reserva de valor, que objetivam usufruir da chamada “fronteira do capital natural”. Sendo este último o principal representante de como se deu o desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro: “Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra.” (Oliveira, 2001, p. 186).

Ao elaborar um novo conceito de Geopolítica - não mais caracterizada pelas relações de poder entre Estados unicamente - mas sim pelo poder de influência de outros atores nas tomadas de decisão do Estado, Becker (2005) toma a Amazônia como exemplo: uma região que abriga diversos agentes que apresentam suas próprias territorialidades; agentes sociais organizados; grandes corporações; movimentos sociais; organizações religiosas; compõem esse grupo de elementos.

Dois movimentos constituídos por estes elementos são percebidos atualmente, segundo destaca Becker (2005): o primeiro em nível financeiro e informacional, dos que efetivamente detém o poder, e o segundo, o movimento da internacionalização dos movimentos sociais. Querendo dizer com isso que agentes sociais organizados, corporações, movimentos sociais, ONGs, etc., possuem sua territorialidade individual “acima e abaixo da escala do Estado”. Estes elementos tendem a se relacionar e se articular, caracterizando uma situação mundial que a autora classifica como “complexa”.

Este cenário amplifica a necessidade do desenvolvimento regional, que contemple os aspectos sociais, ambientais e culturais da região amazônica. Adalberto Val, Diretor do INPA, em recente entrevista (VAL, 201²), levanta a questão da integração e desenvolvimento da região e sugere que as soluções devem ser geradas na própria região. Não há, segundo ele, atualmente, um projeto único que contemple todas as problemáticas que levam a Amazônia a ser uma região isolada. Sendo uma região de grande complexidade, exige abordagens distintas para cada problema. Não se pode, por exemplo, pensar em economia verde, sem levar-se em consideração a questão do desenvolvimento local da ciência e da tecnologia. Devem ser “desenvolvidas na região e para a região”. Ressalta-se ainda, que a questão da inclusão social e aumento da geração de renda local e diminuição da migração da população para as cidades e outros estados, deve contemplar o incentivo à produção local, a partir do conhecimento que se tem da floresta. Da mesma forma, a valorização da cultura regional e dos costumes locais deve e pode ser incentivados como forma de melhor aproveitamento do potencial de turismo para o desenvolvimento da região.

O crescente interesse pelo tema “meio ambiente” em conferências nacionais e internacionais realça a importância que a temática ganhou nos últimos anos. Chefes de

estados buscam alternativas às formas de gestão do meio ambiente aplicadas até então. Conforme Albagli (2010, p. 5):

Nesse contexto, projeta-se a proposta de desenvolvimento sustentável como meio de conciliar metas de crescimento econômico e de sustentabilidade ecológica e social, definindo termos para um compromisso político global. A perspectiva do desenvolvimento sustentável está, entretanto, longe de ser hegemônica ou consensual, mobilizando distintos grupos de interesse. Hoje convivem e, frequentemente, colidem estratégias e vetores que levam ao aprofundamento da degradação ambiental, com outros que apontam para a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos da natureza, ainda que sob motivações diversas.

Os conflitos de interesse presentes na região e a atual situação da Amazônia são reflexo da maneira como a região se desenvolveu e as profundas mudanças que ocorreram no final do século XX.

As mudanças geradas pelo plano de integração nacional sob os lemas “integrar para não entregar”, “uma terra sem homens para homens sem terra” e a noção de vazios demográficos apresentaram resultados muitas vezes negativos. Mas como coloca Becker (2005) “deve-se reconhecer o que restou de positivo nesse processo, porque são elementos com os quais a região conta hoje para seu desenvolvimento. E não se pode esquecê-los”.

Com o advento das rodovias no norte do país após a década de 1960, a organização regional da Amazônia foi drasticamente modificada. Toda a estrutura até então conhecida, que havia sido formada ao longo de rios e córregos passou a se desenvolver, a partir deste momento, ao longo de rodovias que interligavam a região ao centro-sul do país.

Segundo Théry (2005, p. 39), estas mudanças resultaram em uma nova hierarquia urbana onde antigos centros, os chamados “nós”, que haviam se formado em função da rede fluvial se viram em decadência, enquanto novos centros surgiram com a forte migração proveniente da implementação das rodovias.

A figura 04 revela as principais áreas de ocupação na Amazônia segundo o tipo de ocupação e o período em que esta ocupação se deu, percebe-se que essa ocupação ocorreu quase que exclusivamente ao longo de hidrovias e rodovias. Para Théry (2005, p. 39), esse é um fato que merece destaque visto que o planejamento para a região não deve ser feito como

em qualquer outra região onde se presume que não existem espaços vazios. Deve ser feito um planejamento específico com enfoque nas áreas ocupadas.

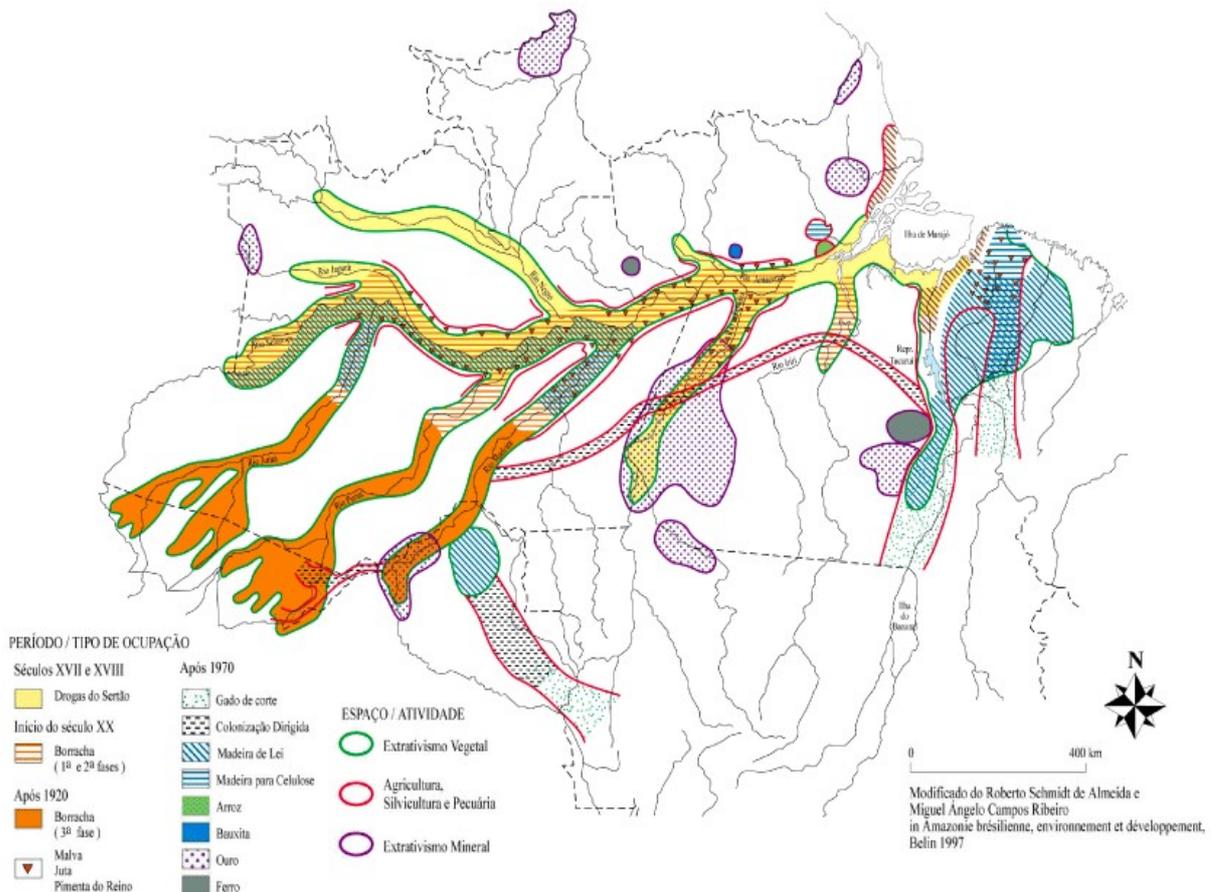


Figura 3 – Espaço-tempo na Amazônia

Figura 04: Espaço Tempo na Amazônia.
Fonte: Théry, 2005 p. 40.

Até década de 1980 a Amazônia era vista como parte de grande espaço vazio caracterizado pela sua potencialidade em recursos naturais, ou seja, seu desenvolvimento dependia disso e o termo “fronteira móvel” apresentava o Estado como precursor desses movimentos em direção a região.

A Amazônia, segundo Becker (2004), deixa de ser vista como uma fronteira móvel e se consolida como uma região efetiva. Por volta dos anos 80, se desenvolve uma revisão do

conceito de fronteira e conclui-se que a fronteira não deveria mais ser entendida como um resultado de processos histórico-geográficos, mas sim, um fenômeno anterior a esses acontecimentos. Becker (2004, p. 19):

Já percebíamos então uma rápida mudança na definição do conceito de fronteira... A fronteira não era a retaguarda de processos histórico-geográficos atuantes no território nacional - como sugeriam alguns colegas das ciências sociais - mas sim a frente avançada desses processos.

Becker (2004, p. 19) define o conceito então, como “um espaço não plenamente estruturado”, sendo assim, um gerador de oportunidades. Tal conceito permanece válido até os dias de hoje. Há de se salientar, no entanto, que as diferenças de contexto histórico modificam de certo modo o entendimento do conceito. Se em um primeiro momento as forças atuantes eram o Estado e a expansão territorial e populacional, no segundo momento, que vivemos atualmente, estas forças são as populações locais, os governos estaduais e cooperações internacionais.

A conectividade regional, não entendida apenas como modais de transporte, mas sim as telecomunicações e a indústria como alternativa ao extrativismo - como a implementação da Zona Franca de Manaus e a mineração também fazem parte deste novo contexto na Amazônia.

Becker (2004, p. 21) enfatiza também a existência de interesses conflituosos na região e mais adiante coloca:

É impossível, hoje, mais do que nunca, compreender o que se passa num lugar e, conseqüentemente, conceber e implementar políticas públicas adequadas, sem considerar os interesses e ações conflituosas das diferentes escalas geográficas. (Becker, 2004, p. 21).

Além dos conflitos de interesse presentes na região, outro fator importante que deve ser destacado é a forma como a Amazônia e a América Latina no geral se desenvolveram ao longo da história. Becker (2005) utiliza-se do conceito de economia de fronteira, idealizado por Kenneth Boulding, para explicar este desenvolvimento. Desenvolvimento que se deu através da incorporação de terras e que entendia a natureza e seus recursos como infinitos e que procurava, desta forma, ser igualmente infinito.

Segundo Allen (1990, 12-20) e Mahar (1989, 9-45) citados por Orstom (1991, p. 38) tal forma de desenvolvimento foi implantada no Brasil e mais especificamente na Amazônia, a partir do golpe de 1964 quando a região foi objeto de uma forte política de integração por parte do governo militar que visava desenvolver a infraestrutura, atrair empresas para a região e implementar projetos agropastoris, minerais e florestais através de programas governamentais como o PIN - Plano de Integração Nacional, Operação Amazônia e Polamazônia.

Ab'Sáber (2003, p. 24) evidencia o caminho do desenvolvimento adotado pelo Brasil e, segundo ele, outros países tropicais:

A substituição de componentes das paisagens tropicais - nos setores de mais amplo aproveitamento agrícola - tem sido a forma predominante e até hoje insubstituível para a conquista dos espaços econômicos e das áreas primariamente florestadas dos trópicos úmidos. A supressão da floresta por grandes espaços, senão pelo espaço total, para o encontro de espaços agrários, tem sido lamentavelmente a única fórmula até hoje experimentada pelos países tropicais em vias de desenvolvimento. Não se sabe como superar este velho dilema, ou seja, o de que para ocupar economicamente o espaço é necessário sacrificar o revestimento vegetal primário. Isto é tanto mais sério, quanto as possibilidades de uma agricultura sombreada de modelos econômicos e ecológicos autossustentados podem inverter o esquema dominante, sobretudo no que concerne aos grandes espaços florestados da Amazônia brasileira.

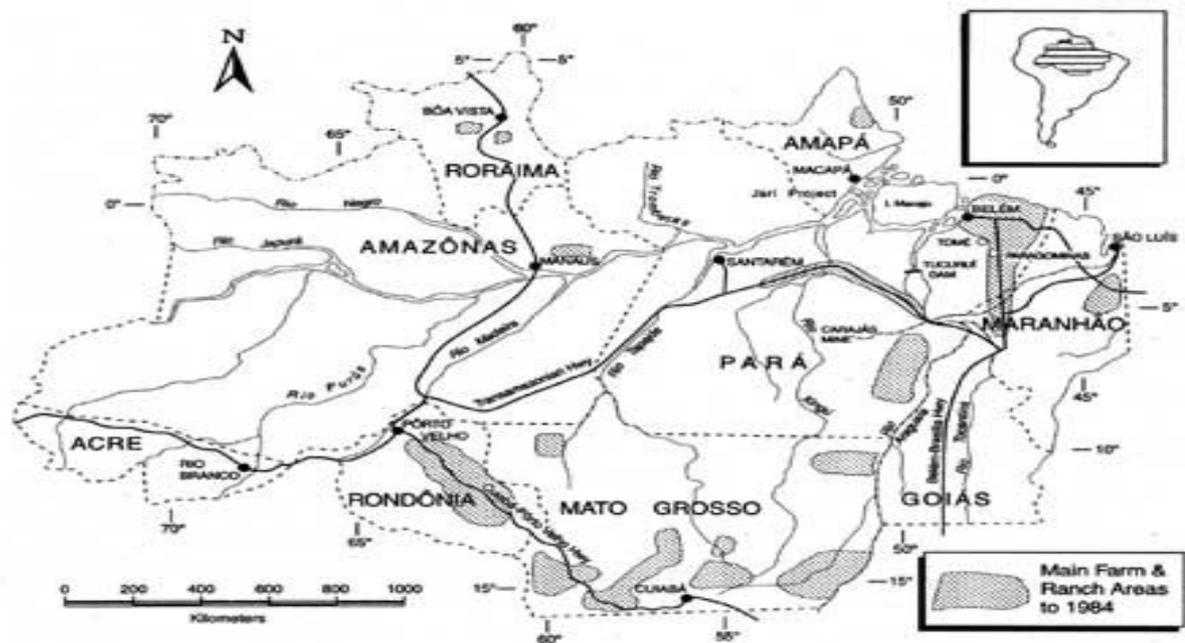


Figura 05: Desmatamento na Amazônia Legal brasileira.
Fonte: HALLER, Archibald O. et. al., 2000.

Deve-se mudar os meios de atingir o desenvolvimento econômico de forma tal que o convívio com a meio natural permaneça em equilíbrio, como destaca Becker (2005):

Hoje, o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos.

Muito se fala hoje da tecnologia como uma solução para os problemas que são gerados pelo crescimento urbano. Segundo o censo de 2000, 70% da população da região norte localiza-se em centros urbanos.

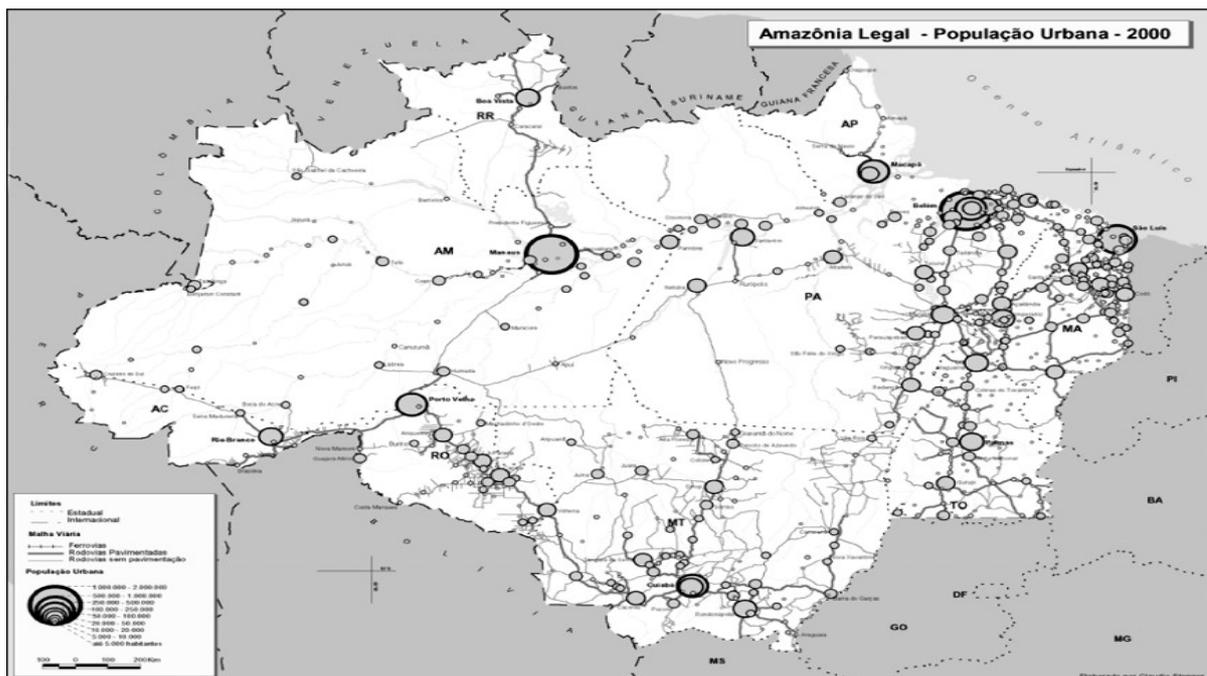


Figura 06: População Urbana da Amazônia Legal - 2000
Fonte: Claudio Stenner, IBGE.

Perguntado se a solução para os problemas ambientais depende da tecnologia, Bráulio Dias, biólogo secretário executivo da Convenção sobre a Diversidade Biológica, explanou: “Em parte sim, mas não dá para fazer qualquer coisa com a natureza imaginando que a tecnologia tem solução para tudo. É preciso considerar que algumas inovações não são viáveis economicamente, pois são muito caras, e que todas elas precisam ser estudadas para que de

fato, sejam eficazes.” (DIAS, Bráulio. Estamos todos no mesmo barco. Revista Veja. São Paulo. 2306. 13-15, janeiro de 2013.).

Enfatizando, dentre outras medidas, o papel de comunidades tradicionais e o conhecimento adquirido por estas ao longo de sua existência Bráulio destaca:

É necessário atuar em várias frentes. Precisamos estabelecer políticas públicas que operem fortemente na direção de um planejamento e um desenvolvimento sustentáveis. Temos de mobilizar as lideranças que existem nos governos em vários países para atingir metas comuns desejadas e eleger políticos que reconheçam o peso desse assunto. Precisamos do engajamento dos governos estaduais e municipais, assim como do setor privado. Por último, precisamos trabalhar com comunidades locais de vários tipos, como indígenas e as de extrativismo.

É importante notar também que os impactos negativos gerados pelos projetos de integração iniciados na década de 1960, que não incluíam a população local e ameaçava a população indígena, geraram uma reação internacional.

Cooperações internacionais, graças as redes de telecomunicações, passaram a alimentar fortes relações com comunidades locais da Amazônia para tentar cumprir um papel que deveria ter sido do Estado brasileiro, visando a inclusão e mais especificamente neste caso, proteção destas comunidades locais e povos indígenas.

E as grandes potências, por possuírem a tecnologias avançadas buscam os estoques de recursos naturais, localizados em grande parte nos países periféricos do hemisfério sul. Este contexto gera situações que podem colocar em risco a soberania nacional. Exemplo disso foram sugestões mundiais, nas décadas de 1980 e 1990, pela “soberania compartilhada” destes estoques, que inclui a Amazônia, como explica Becker. Ainda é possível, nos dias de hoje, se deparar com sítios na internet e campanhas que apelam por uma Amazônia compartilhada.

A mercantilização de recursos naturais, que vem se desenvolvendo cada vez com mais rapidez, é outro fator que futuramente pode representar um risco à soberania brasileira sobre a

Amazônia. “Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias.” (Becker, 2005).

Diante deste contexto verifica-se que a transformação dos recursos naturais em mercadorias é uma realidade irreversível, cabendo assim ao Estado brasileiro e a população lutarem pela regulamentação deste mercado.

2. CAPÍTULO: A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA NAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DA DÉCADA DE 90.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a estratégia das políticas territoriais, Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) do Programa Brasil em Ação, de 1996 e Avança Brasil, de 2000 na questão da integração da região Amazônica.

2.1 A CRISE DOS ANOS 80 E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

O Nacional Desenvolvimentismo inaugurado na era Vargas, ou seja, a forte intervenção do Estado na economia e na produção do espaço atinge, no ano de 1985, um período de congelamento e estagnação.

Este processo não ficou restrito à Amazônia. Na verdade, o que se presenciou na Amazônia foi apenas o reflexo de um contexto nacional. Nasser (2000) coloca que o governo voltou seus olhos para questões de mercado como inflação, dívidas externas, etc. E por um período a questão regional foi deixada de lado.

A perda de força do Estado fica evidente, apesar da criação do Projeto Calha Norte em 1985, com a extinção do Programa Grande Carajás - PGC, em 1991 e a clara perda de importância da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. (Monteiro; Coelho, 2004, p. 113, 114).

Percebe-se a partir de então o início de um processo de resistência à intensa expropriação de terra vivida até então com a expansão da pecuária e o desflorestamento de imensas áreas para a implantação de rodovias.

O início deste processo é marcado pela criação do Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985, como explica Becker (2004, p. 27):

Por outro lado, neste mesmo ano, um novo processo tem início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando um movimento de resistência das populações locais - autóctones e migrantes - à expropriação da terra.

Além do Conselho Nacional dos Seringueiros, que representava a resistência social, a crise do Estado advinda das crises do petróleo que geraram uma repentina elevação das taxas de juros no mercado internacional e, por conseguinte um crescimento da dívida externa; a pressão ambientalista internacional e a politização da questão ambiental como um todo no cenário internacional contribuíram para o início desta, que foi a terceira fase de ocupação territorial da Amazônia. (Becker, 2004).

É notória a crescente preocupação e importância, ainda que insuficiente, que se deu ao tema a partir da década de 1970. A Reunião de Founex (1971), a Conferência de Estocolmo (1972), a Comissão de Brundtland (1987) e a Rio 92 (1992) evidenciam isto. Embora os resultados destas reuniões seja questionado por muitos autores, é inegável que foram elas as precursoras para o desenvolvimento do tema em âmbito internacional.

A essa nova tendência, Becker (2004), dá o nome de vetor tecno-ecológico. O próprio governo brasileiro se inseriu neste novo contexto:

Inicialmente através do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), e a seguir com a criação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e sua Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal, que vem implementando uma política regional voltada para um novo padrão de desenvolvimento, sustentável.

O PP-G7 foi o maior programa ambiental implantando em um só país, como aponta Becker (2004). O programa consistia em doações por parte de países como Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Japão, Itália e Estados Unidos. Os investimentos teriam o intuito de conter o desmatamento nas florestas tropicais do país.

O Programa Nossa Natureza, instituído por decreto em 1988, também evidencia a contra partida do governo frente às pressões nacionais e internacionais nesta mobilização ambiental que se deu a partir de 1985. Programa este que determinou o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento para a criação de políticas públicas (Mello, 2006, p. 27).

2.2 A RETOMADA DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 90

A partir de 1996, no entanto, notou-se um o ressurgimento do que antes foi chamado de Nacional Desenvolvimentismo. Este ano marcou o fortalecimento do que Becker (2004) chama de vetor tecno-industrial (VTI), que se desenvolvera em ritmo menos acelerado outrora.

A década de 90 de forma geral representou este ressurgimento em âmbito nacional:

A década de 90, por sua vez, voltou a trazer à tona do cenário econômico estudos e discussões sobre economia regional. Diversos fatores foram responsáveis por isso, como a emergência de vários problemas regionais, a introdução de outros e a existência de problemas que passaram a ser considerados como de âmbito regional. Também se deve destacar a nova concepção do papel do Estado na economia, que, embora não seja nos moldes intervencionistas anteriores, teve de alguma forma sua ação reintroduzida em consequência da importância da atividade regulatória. (Nasser, 2000, p. 151).

Pode-se dizer que a década de 1990 marcou a retomada das forças exógenas (Becker, 2004), através, principalmente, dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID).

Freitas (2012) coloca que apesar das críticas, há de se reconhecer que a esta política (ENID) fomentou a volta do debate sobre o planejamento territorial no Brasil.

Este novo processo que se iniciou na década de 1990 foi marcado pelas novas funções atribuídas ao Estado. O cenário global impulsionava a liberdade econômica e menos intervenção estatal. As eleições para a presidência de Fernando Collor em 1989 e Fernando Henrique Cardoso em 1993 consolidaram este novo modelo. O Estado deveria ser capaz de realizar “ajustes” a fim de aumentar a competitividade das economias nacionais e adaptar-se a um mundo “globalizado”. Estes “ajustes” significaram a diminuição das barreiras

alfandegárias e tributação, além da privatização de empresas estatais. (Monteiro; Coelho, 2004, p. 114).

É neste cenário que surgem então, políticas de planejamento territorial. No ano de 1996 é criado o programa Brasil em Ação que seria mais tarde sucedido pelo programa Avança Brasil, em 2000, ambos pautados nos Eixos Nacionais de Integração.

As estratégias de integração e desenvolvimento contidas no Programa Brasil em Ação (1996-1999) e no Avança Brasil (2000-2003) se vinculam à noção de que a redução do custo de transporte reflete direta e decisivamente sobre os custos de exportação ou de importação de mercadorias, colaborando para melhorar, assim, na visão dos planejadores brasileiros, a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais. (Monteiro; Coelho, 2004, p. 115, 116).

2.3 EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Plano Plurianual PPA (1996-1999) trouxe pela primeira vez em seu fundamento o conceito de Eixos Nacionais de Desenvolvimento.

A inserção do conceito se deu através de vários estudos realizados por empresas de consultoria que assinaram o primeiro contrato em 1997. Em 1998, no entanto foi realizado com mais profundidade um estudo a qual se deu o nome de Estudo Dos Eixos Nacionais De Integração e Desenvolvimento. Que foi um contrato firmado entre o BNDES e o Consórcio Brasileira, além de contar com a participação da Universidade de Brasília, a Universidade de São Carlos e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Os estudos incluíam “um portfólio de investimentos, públicos e privados, e um banco de dados geo-referenciados do desenvolvimento socioeconômico brasileiro” (Vianna; Lócio; Sales; 2006 p. 5).

É importante frisar que com este novo conceito, as políticas regionais trabalhariam o território de forma ampla e aberta, ou seja, não mais como um território fragmentado e com fronteiras políticas. Como coloca Vianna et. al. (2006) o conceito de “eixo” fundamenta-se na

existência de fluxos de bens e serviços entre determinados espaços geográficos. “Desta forma, os “eixos” representam espaços territoriais delimitados, mas sem a conotação de regiões físicas homogêneas” (Vianna et. al., 2006, p. 6)

O termo Eixo foi definido da seguinte maneira pelo apêndice metodológico do Consórcio Brasileira (2000, apud NASSER, 2000, p. 168):

Eixo é um corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, efetuado com objetivos de planejamento, cuja lógica está relacionada às perspectivas de integração e desenvolvimento consideradas em termos espaciais. Nesse sentido, dois critérios devem ser levados em conta na sua definição e delimitação: a existência de uma rede multimodal de transporte de carga, efetiva ou potencial, permitindo a acessibilidade aos diversos pontos situados na área de influência do eixo; e a presença de possibilidades de estruturação produtiva interna, em termos de um conjunto de atividades econômicas que definem a inserção do eixo em um espaço mais amplo (nacional ou internacional) e a maximização dos efeitos multiplicadores dentro da sua área de influência.

O Consórcio Brasileira estabeleceu ainda algumas diretrizes para o Estudo dos Eixos (Nasser, 2000, p. 167):

Assegurar a integração dos Eixos, nos níveis nacionais e internacional, com vistas à competitividade internacional do país, à redução das disparidades regionais e ao desenvolvimento sustentável, considerando a integração das regiões como fator de competição internacional;

Orientar os investimentos básicos para a geração de novos negócios e novos espaços, com o objetivo de geração de maior número de empregos;

Orientar os investimentos básicos para o aumento do valor agregado;

Destacar a dimensão informação e conhecimento (educação, capacitação científica, empreendimentos e tecnologias de acesso à informação);

Introduzir inovação tecnológica e gerencial em empreendimentos de desenvolvimento social;

Considerar o meio ambiente como área de oportunidades de implementação de investimentos;

Considerar a importância crescente do setor de serviços na economia;

Adotar o conceito de rede intermodal de infraestrutura econômica;

Identificar e ressaltar oportunidades de inserção internacional em cada espaço; e

Destacar a integração do país com a América Latina e o caráter multilateral das relações internacionais do país.

Com esta base de diretrizes fundamentada, quatro critérios que caracterizavam os Eixos de Integração e Desenvolvimento foram eleitos para a definição dos mesmos: 1) a malha multimodal de transportes, que incluiria toda infraestrutura de transportes como hidrovias, ferrovias, rodovias, portos marítimos e fluviais, cabotagem, etc. 2) a hierarquia das cidades, que dizia respeito à capacidade dos centros urbanos em atrair recursos, bens, investimentos, etc. A partir de suas vantagens econômicas e sociais; 3) a identificação de centros dinâmicos, ou seja, a potencialidade de expansão econômica do local em questão; 4) os ecossistemas, que foram mapeados e analisados quanto as suas potencialidades e restrições.

Com estes critérios definidos, foram então estabelecidos os seguintes “eixos”:

- ✓ Arco Norte
- ✓ Madeira-Amazonas
- ✓ Araguaia-Tocantins
- ✓ Transnordestino
- ✓ São Francisco
- ✓ Oeste
- ✓ Sudeste
- ✓ Sudoeste
- ✓ Sul

A figura 7 ilustra estes “eixos”:

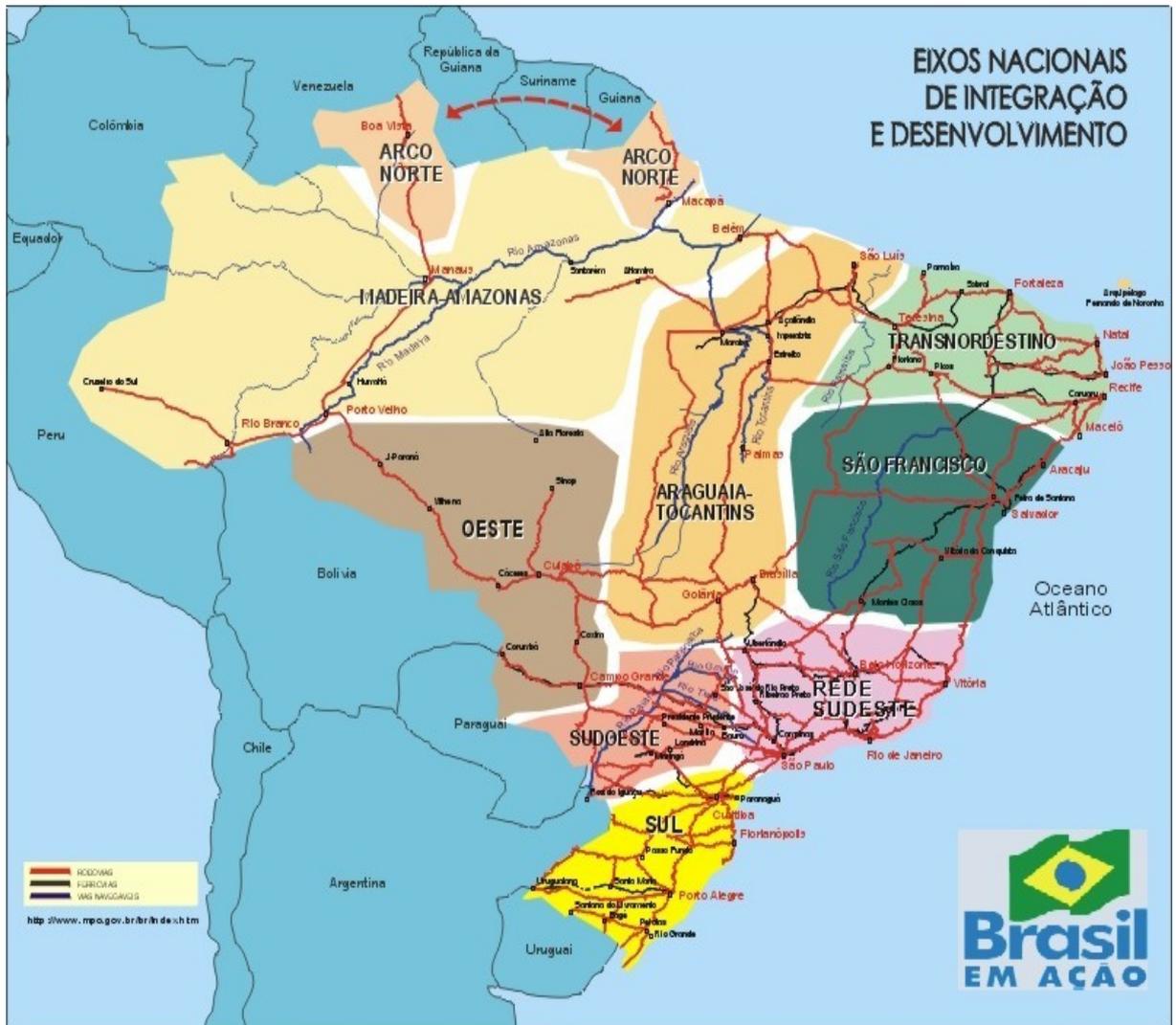


Figura 7: Brasil - Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento:
Fonte: Nota Técnica 16 (IPECE, SEPLAN) 2006.

Uma análise da figura 7 nos permite inferir que quatro eixos teriam influência direta na Amazônia Legal. São eles: Madeira-Amazônia, Oeste, Araguaia-Tocantins e Arco Norte.

Para cada eixo foram estabelecidos objetivos a fim de se alcançar a integração esperada entre os eixos, através de seus mercados. Nasser (2000, p. 170) coloca que para os eixos da Amazônia (Arco Norte e Madeira-Amazônia) o objetivo era atingir perspectivas próprias de desenvolvimento sustentável com enfoque na conservação do meio ambiente e integração com o exterior. Para os eixos Oeste e Araguaia-Tocantins, destaca-se a possibilidade de crescimento apoiada no setor primário e maior integração através da melhoria da infraestrutura de transporte para escoamento da produção.

Os investimentos nos Eixos deveriam centra-se em quatro aspectos: a) infraestrutura econômica; b) desenvolvimento social; c) informação e conhecimento; d) meio ambiente. Além disso, como características primordiais, os investimentos deveriam apresentar grande atratividade para o setor privado, possibilitando dessa forma parcerias público-privada. Deveriam ainda, ser investimentos estruturantes, afim de que outros investimentos fossem feitos a partir de então para alavancar o desenvolvimento da região em questão. (Vianna et. al., 2006 p. 5)

A tabela 1 mostra os recursos previstos para os eixos no período de 2000 a 2007, que corresponde ao início do programa Avança Brasil, e as respectivas áreas de projetos:

Eixo	Área dos projetos	Valores (R\$ bilhões)
Eixos da Amazônia	Desenvolvimento Social	8,6
Arco Norte e Madeira- Amazonas	Informação e Conhecimento	0,1
	Infraestrutura Econômica	14,0
	Meio Ambiente	1,4
	Total	24,1
Eixos do Nordeste	Desenvolvimento Social	33,0
Transnordestino e São Francisco	Informação e Conhecimento	0,4
	Infraestrutura Econômica	30,4
	Meio Ambiente	2,3
	Total	66,1
Eixos do Centro-Oeste	Desenvolvimento Social	16,1
	Informação e Conhecimento	0,4
	Infraestrutura Econômica	31,5
	Meio Ambiente	1,8
	Total	49,8
Eixo do Sudeste	Desenvolvimento Social	35,2

Eixo	Área dos projetos	Valores (R\$ bilhões)
	Informação e Conhecimento	0,4
	Infraestrutura Econômica	70,2
	Meio Ambiente	2,1
Total		107,9
Eixos do Sul	Desenvolvimento Social	19,8
	Informação e Conhecimento	0,5
	Infraestrutura Econômica	38,7
	Meio Ambiente	2,4
Total		61,4
Total Geral		309,3

Tabela 1: Valores previstos para os Eixos entre 2000 e 2007
 Fonte: Nota Técnica 16 (IPECE, SEPLAN) 2006. ????

A tabela nos permite somar os recursos previstos para a execução de projetos nos eixos que afetariam diretamente a Amazônia Legal no período de 2000 a 2007. A soma dos recursos para os eixos Madeira-Amazônia, Araguaia-Tocantins, Oeste e Arco Norte totaliza uma quantia de 73,9 bilhões de reais. Representando 23.8% do total previsto para todos os eixos.

De uma forma geral, ha de se ressaltar também o pouco investimento previsto para a área de informação e conhecimento, estando à maior parte dos recursos voltados para a questões de infraestrutura.

O estudo do ENID previa também um crescimento anual médio de 4,3% ao ano.

A crítica mais evidente que se fez ao ENID, por fim, é a de que a política estaria centrada em investimentos privados. Os investimentos ficariam então, a mercê das nuances do mercado. “Aqui até se induz em quais projetos deve-se investir, mas se deixa para o setor privado a decisão de onde investir” (Vianna; Lócio; Sales, 2006, p. 23).

Desta forma, não seria equivocado admitir que os investimentos iriam certamente para os “eixos” de maior rentabilidade. Ou seja, o objetivo inicial da política de reduzir as disparidades regionais estaria fortemente ameaçado.

2.4 BRASIL EM AÇÃO (1996-1999) E AVANÇA BRASIL (2000-2003)

O programa Brasil em Ação (1996-1999) juntamente com o programa Avança Brasil (2000-2003), faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul. Ambos foram realizados durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e uma quantia considerável de recursos foi aplicada na execução dos programas. (Théry, 2005)

O programa Brasil em Ação foi um programa de investimentos elaborado pelo Ministério do Planejamento que norteou as políticas governamentais a partir de sua criação. O programa se baseava no princípio do efeito multiplicador, ou seja, investimentos em determinadas áreas atrairiam investimentos ainda maiores para a região.

O programa abrangia 42 empreendimentos, sendo 26 na área de infraestrutura e 16 na área de desenvolvimento social. Eram previstos investimentos nas áreas de saúde, transporte, agricultura, turismo, saneamento, energia, comunicação, emprego, habitação, etc. “O seu objetivo explícito era o de aumentar a competitividade da economia nacional e propiciar a redução das disparidades regionais.” (Serra; Fernández, 2004, p. 121).

Dentre diversos projetos do programa, no que tange a Amazônia, destacaram-se a recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém). Além disso, o asfaltamento da BR-174 (Manaus - Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira, do gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão que conectaria Tucuruí a Altamira e Itaituba compunham os principais projetos do programa.

O programa Avança Brasil (2000-2003), que deu continuidade ao programa Brasil em Ação e era de fato uma expansão do programa anterior (Serra; Fernández, 2004, p. 121)

concentrava as suas ações em corredores multi modais de transporte e previa um orçamento de 3,5 bilhões de dólares (Théry, 2005). O programa era composto por um pacote de 338 projetos em todo o Brasil.

Motta (2000, p. 9) aponta as diretrizes do programa Avança Brasil:

Consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
 Promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e de oportunidades de renda;
 Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
 Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

A figura 8 ilustra os principais projetos do programa Avança Brasil na Amazônia.



Figura 8: Principais projetos planejados na Amazônia.

Fonte: Fearnside, 2012.

Segundo Fearnside (2001, p. 101) 5.000.000km² dentro da Amazônia Legal seriam impactados pelos investimentos em infraestrutura previstos no Plano Plurianual 2000-2003 (Avança Brasil). Mais adiante, Fearnside (2001, p. 106) desmente o discurso dos proponentes

do programa Avança Brasil de que o programa não previa nenhuma rodovia nova e assim não abriria portas para mais desmatamento. A pavimentação das rodovias (fato previsto no programa) por si só já teria papel importante no desmatamento ao facilitar a entrada de fazendeiros e madeireiros em áreas remotas da Amazônia.

É altamente improvável que o resultado seria como o insinuado pelo diretor do Avança Brasil, José Paulo Silveira (2001), que reporta que a pavimentação de estradas e outros projetos causarão impactos mínimos devido às exigências atuais no Brasil de avaliações de impactos ambientais. (Fearnside, 2001, p. 107).

Um estudo de impactos ambientais (EIA) também não é garantia de que um projeto irá produzir nenhum ou o mínimo de impactos ambientais. As empresas que realizam estes estudos são contratadas pelos empreendedores. Dessa forma estabelece-se uma relação de interesse entre contratados e empreendedores. “Empresas consultoras tendem a preparar relatórios favoráveis à aprovação do projetos, já que as mesmas são contratadas pelos proponentes do projeto em foco, que tem interesses financeiros pesados na aprovação do projeto.” (Fearnside, 2001, p. 110).

Nepstad (et. al., 2000, p. 16) em estudo realizado no ano de 2000 destaca que ao considerarmos 50 km para cada lado das rodovias a serem pavimentadas no programa Avança Brasil, 31 terras indígenas e 26 unidades de conservação seriam diretamente afetadas. Como pode ser observado na tabela 2.

Tipo de Área	Número de Áreas Afetadas	% do Total
Terra Indígena	31	12,0
Unidade de Conservação Federal	21	25,6
Unidade de Conservação Estadual	8	2,7
Áreas críticas para Conservação de Biodiversidade	67	17,6

Tabela 2: Número de áreas protegidas afetadas pelas estradas a serem pavimentadas no programa Avança Brasil. Fonte: Nepstad, et. al. 2000, p. 16.

2.5 RESULTADOS E CONTRADIÇÕES

Observamos então que de forma geral o ENID e os programas Brasil em Ação e Avança Brasil, tinha por intuito alavancar o desenvolvimento e integração do país. Por muitas vezes pôde se observar o discurso de que isso deveria se dar de forma sustentável. Como nas diretrizes do ENID e do programa Avança Brasil, por exemplo: “assegurar a integração dos Eixos, nos níveis nacionais e internacional, com vistas à competitividade internacional do país, à redução das disparidades regionais e ao desenvolvimento sustentável, considerando a integração das regiões como fator de competição internacional”; “promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e de oportunidades de renda”.

O que nota-se, no entanto é que a tão falada sustentabilidade não saiu da retórica. Serra e Fernández (2004, p. 126) exemplificam:

Quanto às medidas propostas pelos eixos, pode se entender que algumas delas só constituem um reconhecimento da boca para fora dos problemas da sustentabilidade. Por exemplo, a já comentada proposta de limitar as atividades agrícolas e madeireiras a uma faixa de 50 km de cada lado das rodovias pode ser vista como reconhecendo que boa parte da floresta tem que ser preservada sem ressalvas. Todavia, quando se considera que um grande número de reservas indígenas e de unidades de conservação se encontram nessas áreas resulta possível sugerir que, mais do que proteger uma parte da região, o que se consegue assim é expor outra, previamente protegida, aos riscos do desenvolvimento descontrolado.

Os investimentos previstos nos planos plurianuais dentro da lógica dos eixos se direcionam em grande parte para a implantação e melhoria de infraestrutura de modo a aumentar a competitividade brasileira no mercado internacional através do aumento da produção de commodities. As consequências desse tipo de política, no entanto, não se mostram vantajosas do ponto de vista ambiental.

A construção de estradas, por exemplo, apresenta resultados extremamente danosos para a cobertura vegetal nativa. Nepstad et. al. (2000, p. 10) sustentam essa posição:

As estradas que dão acesso às áreas isoladas de floresta são o principal fator que impulsiona os ciclos viciosos de empobrecimento dos ecossistemas amazônicos. Ao facilitar o acesso e, portanto, aumentar a oferta de terras baratas em áreas de floresta, as estradas expandem a fronteira de degradação.

Como resultado dessas políticas o governo brasileiro sofreu enormes pressões. De um lado aqueles que apoiavam a política em prol do desenvolvimento e do outro os críticos e ambientalistas (Théry, 2005, p. 46).

O desmatamento, no entanto, não deixou de apresentar crescimento gradativo desde então, como nos mostra a figura 9:

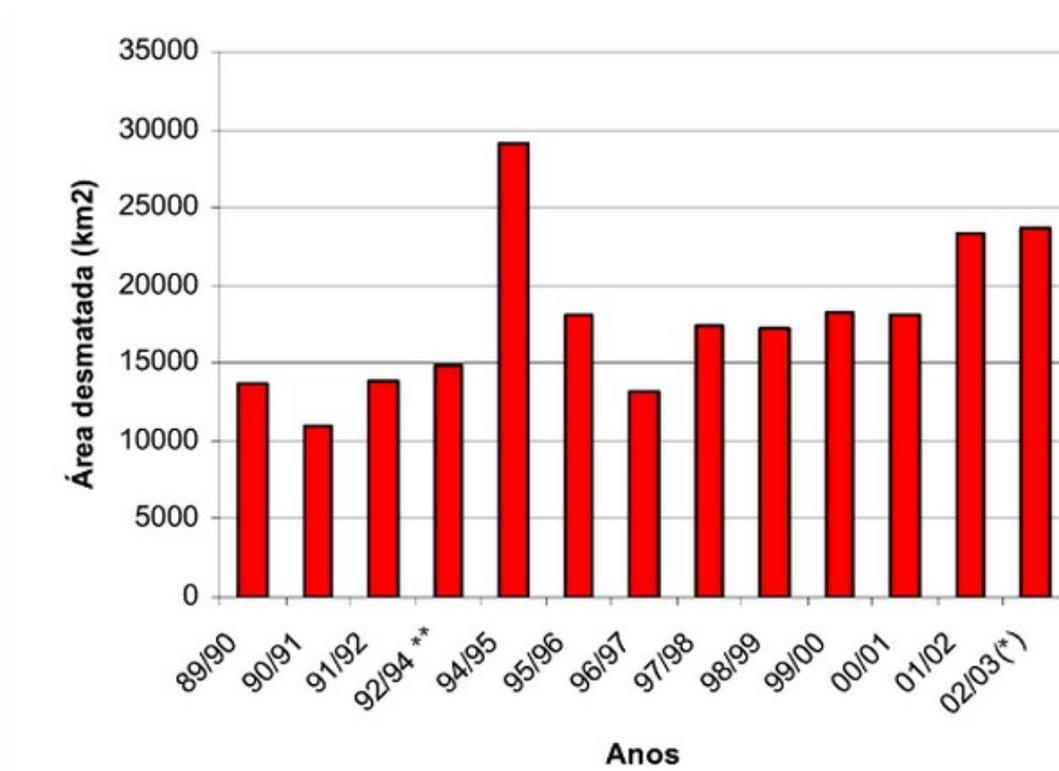


Figura 9: Total de área desmatada na Amazônia Legal no período entre 1989-2003.
Fonte: Ferreira et. al. (2005)

As diversas denúncias de corrupção e escândalos nas políticas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia são outro ponto a ser considerado.

O Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia, instalado em 2002) por exemplo, trouxe consigo grandes polêmicas. Sua execução envolveu tráfico de influência, grampos telefônicos internacionais e dúvidas na licitação, que chegou a R\$1,3 bilhões de reais envolvendo a companhia norte-americana Raytheon, uma das maiores fabricantes de material bélico nos Estados Unidos. O Sivam que tinha por objetivo a vigilância e monitoramento da Amazônia por meio de radares, e aeronaves teve, além de tudo, a sua efetividade questionada por veículos de informação de projeção nacional.

O desvio de verbas em projetos junto à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) a partir de 2001 foi mais um caso de corrupção envolvendo o Estado brasileiro (Luiz, 2008).

Por fim, os programas apresentaram, de forma geral, resultados deletérios ambiental e socialmente na Amazônia. A implementação/pavimentação de estradas, construção de usinas hidrelétricas, desmatamento, entre outros, da forma que foram feitos, foram os responsáveis por tais resultados.

Essa lógica permaneceu após a saída de FHC da presidência da república. Monteiro e Coelho (2004, p. 118) consideram que os fundamentos dos programas Brasil em Ação e Avança Brasil foram mantidos no governo Lula através do PAC.

3. CAPÍTULO: ABORDAGENS MAIS RECENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A AMAZÔNIA.

3.1 AS TENDÊNCIAS DE MERCADO

Diferentes abordagens foram feitas por parte dos governos e da sociedade a partir da década de 50 perante a Amazônia brasileira.

Se até o início da década de 90 esta abordagem era fundamentada no ideal de que a Amazônia seria a solução para os problemas sociais e econômicos do país, como coloca Serra e Fernández (2004, p. 124), da década de 90 em diante essa abordagem passa a levar em conta, pelo menos em seu ideal, a questão ambiental.

É importante destacar no entanto, que apesar de ter maior importância ao compararmos com anos anteriores, a questão ambiental ainda não apresenta força o suficiente para competir com o desenvolvimento do capital.

Segundo Mesquita (apud SAUER, et. al., 2011):

... é preciso reconhecer que a configuração assumida pelo capital no seu processo recente de expansão, sem dúvida, adquire uma lógica mais perversa em função da dinâmica dada por cada grupo de atividade em andamento nesse território. (SAUER, et. al. 2011, p 45.)

A partir da década de 90 então, além do surgimento da preocupação ambiental, tem-se, agindo em sentido contrário, a chegada da soja:

Se na década de 1970 o capital é cooptado pelo Estado a ocupar compulsoriamente a Amazônia e o faz via pecuária extensiva, ultimamente a ênfase se volta para a produção de grãos, embora a pecuária, agora sem incentivos fiscais, continue crescendo e ampliando aquela área consolidada anteriormente. (Mesquita, 2011).

É a partir de meados da década de 1990, com a migração de produtores do sul e sudeste, que a Amazônia passa a se inserir no comércio internacional. Em períodos anteriores a participação neste mercado era mínima e resumia-se a minérios e uma modesta produção de grãos e carne. (Mesquita, 2011).

Deste modo, o ritmo de crescimento econômico mundial e mercado internacional passam a ser importantes termômetros para a inclusão de novas áreas destinadas a produção destes bens e se tornam assim fatores determinantes na pressão exercida na fronteira econômica e no desmatamento da Amazônia.

O financiamento público é o que possibilita esta pressão. (Mesquita, 2011) Através dele as forças de mercado passam a atuar em áreas que antes não faziam parte de sua rota de negócios. E é nesse contexto que nos deparamos com situações contraditórias. É o caso do BNDES por exemplo. Instituição que por um lado financia o agronegócio e por outro lado gere mecanismos como o Fundo Amazônia, criado em 2008 que tem como objetivo:

A realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico. (Art. 1º do decreto 6.527, 1º de agosto de 2008).

O projeto atua nas seguintes áreas:

- I - gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II - controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III - manejo florestal sustentável;
- IV - atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI - conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII - recuperação de áreas desmatadas.

Ainda que não subsidiada como outrora, a produção de bens destinados a exportação, como a soja e a pecuária encontram hoje apoio em instituições financeiras (Banco do Brasil, BNDES, Basa, etc.) que propiciam os mesmos benefícios gerados por instrumentos não mais existentes como o crédito rural subsidiado, incentivos fiscais, etc. (Mesquita, 2011).

Tem-se portanto, instituições de diversos setores investindo em duas frentes: Uma que incentiva o aumento da produção agrícola para o mercado exterior, que pressupõe a existência de latifúndio e em muitos casos a expansão da fronteira agrícola na Amazônia (principalmente nos municípios de Humaitá, Manicoré, Canutama e Lábrea), além da cada vez maior, mecanização da agricultura; e outra frente que procura valorizar as questões locais e o meio ambiente. A ressalva que se faz a esta segunda frente é que a motivação, em diversos casos, é meramente exigência de mercado.

O interesse dos grandes produtores rurais perante a Amazônia se deve ao baixo preço das terras nesta região, que compensa o aumento do custo de produção. (Costa, 2011)

Em uma análise preliminar, observa-se que a elevação dos custos de produção, pelo aumento dos preços de insumos, máquinas e transporte, é compensada pelo baixo custo de aquisição de terras em regiões de abertura recente, encontradas a preços bastante inferiores àqueles praticados em regiões consolidadas. (Costa, 2011)

Isso explica, segundo a autora, a forte mobilização dos setores ligados a produção de soja pelo asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Obra prevista no programa Brasil em Ação mas que não foi concluída até a presente data.

Observa-se neste cenário, um aumento gradativo da pressão na fronteira agrícola por parte do capital.

3.2 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável (BRASIL, 2012).

Assim se apresenta o PAC, em seu sítio oficial, na internet.

O PAC é um conjunto de investimentos criado em 2007 no mandato do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. O programa segue a linha de conjunto de investimentos dos planos plurianuais.

Os planos até hoje são: Brasil em Ação (1996-1999); Avança Brasil (2000-2003), ambos os assunto do segundo capítulo deste trabalho; o PPA (Plano Plurianual 2004-2007); PAC (2008-2011) e PAC2 (2012-2015). (FEARNSIDE, LAURENCE, 2010).

Assim como nos planos plurianuais anteriores, o PAC propões grandes investimentos em infraestrutura.

Os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) assumem a mesma orientação de integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos. (Castro, 2012).

No que se refere a Amazônia o programa segue a tendência, cada vez mais atuante de integrar a região ao mercado internacional. Podemos dizer que o programa deu sequencia ao que foi planejado nos programas Brasil em Ação e Avança Brasil. Modelos de desenvolvimento que reeditam aqueles mesmos da década de 70. *Empresas transnacionais e organismos multilaterais, como atores globais, têm pressionado a esfera política para modificar dispositivos legais e instituições a fim de adequá-los à nova economia*” (Castro, 2012).

O PAC 1 (2007-2010) segue três eixos estruturantes: Logística, Energética e Social e Urbana. A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a Política Nacional de Logística e Transporte (PNLT), a Política Nacional de Transporte Hidroviário (PNTH), o Plano Nacional de Viação, o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), o Plano Hidroviário Estratégico, o Plano Nacional de Mineração e o Plano de Ordenamento Territorial fazem parte do PAC 1.

O PAC 2 apresenta seis eixos, segundo Brasil (2011, p. 13 apud Castro, 2012):

PAC Cidade Melhor (enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, propiciando melhor qualidade de vida).

PAC Comunidade Cidadã (garantir a presença do Estado nos bairros populares, aumentando a cobertura de serviços)
 PAC Minha Casa, Minha Vida (reduzir o déficit habitacional, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda)
 PAC Água e Luz para Todos (universalizar o acesso à água e à energia elétrica);
 PAC Transportes (consolidar e ampliar a rede logística, interligando os diversos modais, garantindo qualidade e segurança);
 PAC Energia (garantir a segurança do suprimento a partir de uma matriz energética e desenvolver as descobertas no Pré-Sal).

O que de fato se observa é que, megaprojetos hidrelétricos, de transporte e comunicação foram os projetos em que o governo efetivamente concentrou seus esforços. (Castro, 2012).

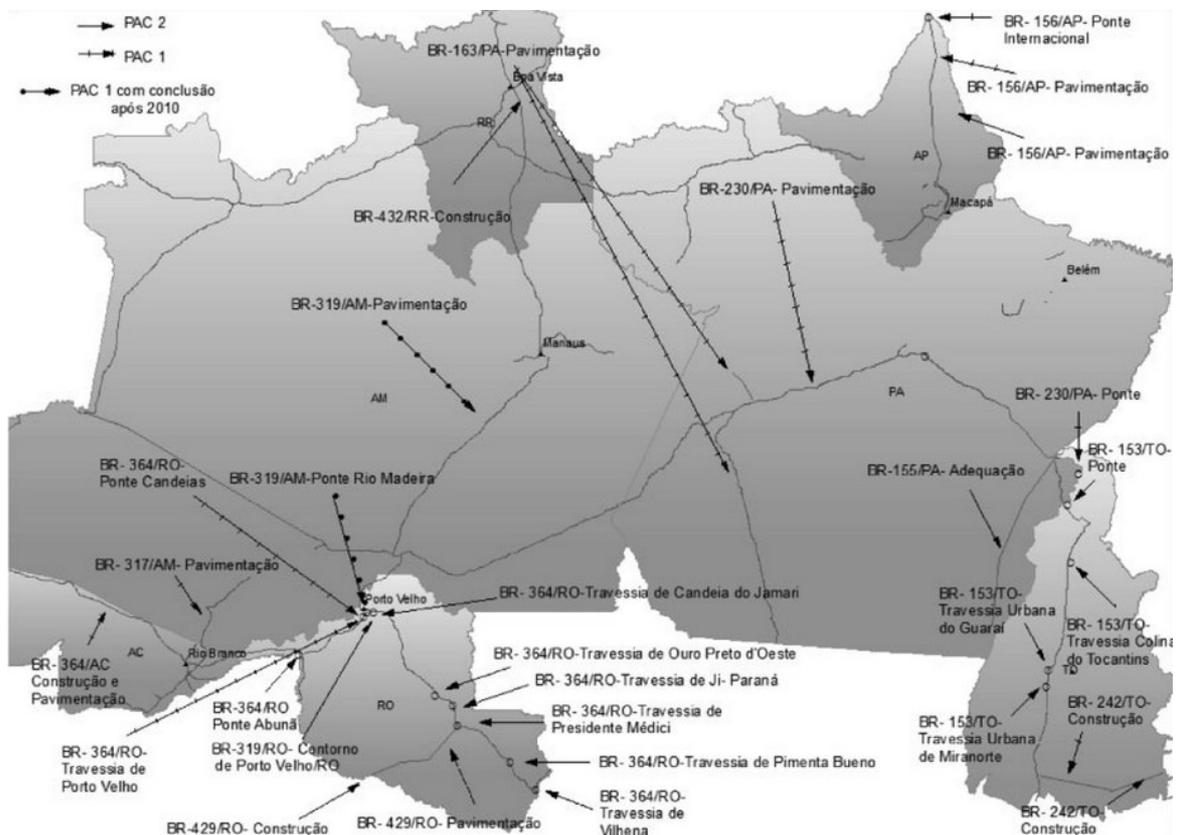


Figura 10: Obras de transporte rodoviário e ferroviário do PAC I e PAC II, na Amazônia
 Fonte: Castro, 2012.

Castro (2012) destaca que foram observados 41 projetos voltados para o setor de transportes. Além de ligações intermodais entre corredores, como a integração da BR-319 à hidrovia do rio Amazonas (porto de Manaus), a integração da BR-163 à hidrovia do rio Amazonas e à hidrovia Teles pires, a integração da BR-230, Transamazônica, por meio da construção de uma ponte sobre o rio Araguaia, a integração da hidrovia do rio Amazonas, via

BR-230, à hidrovía do rio Tocantins, além das ligações com a ferrovia Norte-Sul-Estrada de Ferro Carajás.

É importante salientar ainda, que o PAC, em seu âmbito nacional, articula-se e se se mostra coordenado com a IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura da América do Sul, consolidada em setembro de 2000). “Os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e a IIRSA assumem a mesma orientação de integração competitiva” (Castro, 2012).

Os projetos da IIRSA são também estruturados em eixos, como mostra a figura 11.



Figura 11: Eixos de Integração da América do Sul
Fonte: IPECE/ Nota Técnica no 16

Nota-se assim que o PAC, juntamente com o IIRSA compõem um conjunto de estratégias que atuam em nível internacional. Ou seja, ambos procuram uma inserção do continente no mercado global através da cada vez maior, exploração sobre a “fronteira de commodities”.

O Brasil se destaca, evidentemente pelo seu tamanho continental e poder econômico ao ser comparado com os demais países vizinhos.

Embora o papel principal seja desempenhado pelo Brasil, que se faz presente estrategicamente com o peso do BNDES, que financia projetos nos diferentes países, e de empresas como a Petrobras e a Vale, que têm plantas de exploração de recursos naturais - minérios, petróleo - em quase todos os países sul-americanos. (Castro, 2012).

O Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, Volume IV, realizado em 2008 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), é um estudo que propõe medidas para diversas áreas como: telecomunicações e inclusão digital; usos múltiplos da água; ciência e tecnologia; agriculturas territoriais; restauração de serviços de ecossistemas e adaptação a mudanças ambientais; etc.

O estudo apresenta em sua proposta uma noção territorial do espaço. O que se revelou de fato, foi uma noção territorial já incorporada pela produção do capitalista. Castro (2012) aponta esta questão ao citar o estudo: “justifica o uso da noção de território e de controle territorial, o que seria essencial para obter resultados nas estratégias de desenvolvimento nacional, em situação de alta concorrência e de economia fortemente globalizada e competitiva”.

E segue mais adiante:

Essa noção foi redefinida a partir de mudanças na produção capitalista que tenderam a comprimir espaço e tempo (Harvey, 1998 p.79) e funcionar sob uma lógica de deslocalização. O território é importante, porém dentro de outra configuração, na qual o espaço é desconectado de valores, lugares, tradições e passa a ser regido por relações econômicas e políticas, protagonizadas sobretudo por agentes do mercado. Por isso, o rompimento com as raízes, com as heranças culturais e com as territorialidades passa a constituir um desafio para empresas, corporações e mesmo para o Estado, em suas políticas que favorecem o mercado, contrariando interesses locais que funcionam com base em outra concepção de tempo e espaço, ancorada no mundo da vida, na cultura, e, portanto, não mediatizada pelo mercado. (Castro, 2012).

Segundo a autora, a noção de territorialidade adotada pelas políticas governamentais contraria a noção de territorialidade concebida pelas comunidades locais na Amazônia.

Para cada um destes temas o estudo aponta pontos de estrangulamento na atual situação e pontos germinativos, ou seja, fatores que contribuirão para o desenvolvimento de determinada área.

A abordagem territorial do estudo fica evidente, por exemplo com a seguinte afirmação:

Nesse contexto, a sustentabilidade é tida por especialistas como o novo paradigma norteador do desenvolvimento da agricultura, em substituição às políticas de modernização que predominaram no período pós-guerra e favoreceram a concentração da riqueza e a exclusão social (BRASIL, 2008).

O capítulo 7 do estudo, que é dedicado inteiramente à questão ambiental e mais especificamente à restauração de serviços de ecossistemas e adaptação a mudanças ambientais, destaca, dentre outros, os seguintes pontos de estrangulamento existentes à época:

- Ausência da dimensão ambiental na fase de planejamento de políticas públicas que demandam pressões sobre a base de recursos naturais;
- Inoperância do SISNAMA e fragmentação dos órgãos e políticas públicas ambientais, criando paralelismos e ausências institucionais;
- Ausência do Estado em áreas ambientalmente frágeis e objeto de conflitos fundiários;
- Ausência de componente social na políticas ambiental e vice-versa;
- Fragilidade do monitoramento ambiental e dos bancos de dados de qualidade ambiental;
- Sistemas produtivos agrícolas baseados na monocultura, em padrão produtivo ultra-especializado e focado no produto;
- Ambiente desfavorável à agricultura familiar que, para sobreviver, foi empurrada para áreas deixadas pela grande propriedade rural, latifundiária ou empresarial, grande parte delas em ecossistemas muito frágeis e vulneráveis, exauridos pela prática da monocultura e do uso exaustivo de insumos químicos;
- Desconhecimento da biodiversidade brasileira e de seus usos econômicos potenciais.

Nota-se que os pontos de estrangulamento destacados são em grande parte, fruto de um histórico de má gestão ambiental e de privilégios aos latifúndios e monoculturas.

No que se refere a pontos germinativos, dentre os mais importantes, estão:

- Crescente mobilização e consciência pública em relação às mudanças climáticas e ganho de status prioritário da questão na agenda política mundial;
- Rica diversidade social representada por mais de 200 povos indígenas e de comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc.), que reúnem um inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação e o uso da biodiversidade;

Extensa rede de áreas protegidas, em processo de ampliação nos últimos anos.

Mais adiante, o estudo aponta alguns objetivos no processo de restauração de serviços de ecossistemas dos biomas brasileiros:

- ✓ Fortalecer o sistema nacional de unidades de conservação, coibir efetivamente o desmatamento e a degradação no interior destas unidades. Horizonte temporal: 2008-2011.
- ✓ Ampliar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para atingir a meta da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 10% de cada ecorregião protegida. Horizonte temporal: 2008-2011.
- ✓ Ampliar o SNUC para atingir a meta de pelo menos 30% do Bioma Amazônia e 10% dos demais biomas e da Zona Costeira e Marinha efetivamente conservados por unidades do SNUC. Horizonte temporal: 2008-2027.
- ✓ Criar programa de incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas originais adequadas a cada bioma ou região fitoecológica, combinado à políticas de apropriação de direitos de propriedade a serviços ambientais. Horizonte temporal: 2008-2011.
- ✓ Implantar megaprogramas de reflorestamento com espécies nativas em ambientes fragilizados dos biomas Mata Atlântica e Amazônia, associados a programas de geração de renda e postos de trabalho. Horizonte temporal: 2008-2027.
- ✓ Criar instrumentos de incentivo à inserção de populações tradicionais (pescadores, quilombolas, caiçaras, indígenas etc.), nos processos de desenvolvimento e do resgate do uso sustentável da biodiversidade. Horizonte temporal: 2008-2027.

O estudo apresenta, através desta metodologia, uma breve leitura de cada área de atuação e seus respectivos pontos a serem melhorados e pontos que potencialmente contribuirão para o desenvolvimento. Tem por objetivo, como já foi dito outrora, servir como instrumento ao Governo Federal para a elaboração de políticas públicas. “servirá para subsidiar a inserção da dimensão territorial no planejamento governamental.” (SILVA, Paulo Bernardo. Então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, 2008, p. 13).

A abordagem territorial revelada nas políticas governamentais se mostra com efeito, muito mais setorial que territorial. Promovem na verdade, a desterritorialização das comunidades tradicionais da Amazônia (Castro, 2012). Embora se proponham a diminuir as desigualdades sociais.

A diferença entre a abordagem territorial e a setorial deve ser destacada para melhor entendimento e diferenciação das políticas públicas promovidas pelo Estado.

A abordagem setorial se volta para os diversos setores da economia, ou seja, é uma abordagem basicamente econômica. Aplica-se por exemplo à agricultura, indústria, etc. É em diversos aspectos instituída de cima para baixo a fim de promover o crescimento econômico, exclusivamente.

Em oposição a isso, a abordagem territorial procura tratar das questões locais, sociais, ambientais, etc. O objetivo aqui não é meramente o crescimento econômico mas sim a melhoria qualidade de vida e ao invés de crescimento econômico, busca-se o desenvolvimento territorial e a equidade social.

Ambos os tipos de abordagem se aplicam principalmente ao meio rural.

The new rurality approach should link political action not only to the sector of intervention (agriculture or forestry or livestock), which gives prominence mainly to the economic component, but also to the local territory with its particular social, economic, environmental and institutional characteristics, to improve the quality of life in rural areas. (Pisani, 2010, p. 5)

A autora faz um importante contraponto que se aplica muito bem ao caso da Amazônia. Segundo Pisani (2010, p. 6), a abordagem setorial enxerga o meio ambiente como estoque de recursos que deve ser usado para o desenvolvimento dos diversos setores da economia. Castro (2012) coloca que estas estratégias são, no caso da Amazônia, em grande parte, responsáveis pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem, conflitos étnicos e também pelo alto índice de desmatamento.

A abordagem territorial por outro lado, dá prioridade a um desenvolvimento sustentável, que vê o meio ambiente como recurso qualificador e diferenciador do território em questão.

3.3 RECURSOS HÍDRICOS FRONTEIRIÇOS E TRANSFRONTEIRIÇOS DO BRASIL

Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil é um estudo feito pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O estudo, que é de 2013, trata de um tema que é de extrema importância estratégica além de representar uma importante contribuição para a organização da informação relativa a questão dos recursos hídricos no Brasil.

O estudo parte do pressuposto da sabida importância histórica, estratégica, social, etc. dos recursos hídricos. Principalmente em um país como o Brasil, que possui algo em torno de 12% de toda a água doce do mundo.

A questão fronteiriça e transfronteiriça ganha imensa importância no contexto brasileiro a partir do momento em que se analisa o contexto internacional do Brasil, que faz divisa com dez países e possui uma fronteira terrestre de grande extensão.



Figura 12: Bacias Hidrográficas com Rios Fronteiriços e Transfronteiriços
Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.

Em se tratando de bacias hidrográficas, é indispensável a coordenação e cooperação entre nações que partilham de mesmas bacias. Visto que ações tomadas por parte de uma nação poderão resultar em consequências diretas ou indiretas no país vizinho. O Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, é um marco nas relações entre os países que ocupam a região amazônica. A liberdade de navegação e o aproveitamento racional das diversas funções dos rios são pilares deste tratado. (SAE/PR, 2013, pg. 20).

Como se pode ver pela figura 12, das dez nações que fazem fronteira com o Brasil, sete partilham da Bacia Hidrográfica Amazônica. Tornando a questão Amazônica ainda mais relevante e elevando sua temática a proporções muito maiores ao comparada com outras regiões (Figura 10). Prova disso é o enfoque que o estudo dá a esta temática.

As riquezas ambiental e estratégica do Domínio Amazônico são incalculáveis. Três aspectos preponderam: é a maior extensão de área florestal contínua do mundo (Magnoli, 2005), cuja superfície no Brasil chega a 3,5 milhões de km²; tem uma biodiversidade excepcional, a maior parte sequer foi estudada pelos cientistas; e dispõe de abundantes fontes de recursos hídricos, incluindo o rio de maior vazão, volume de água e comprimento da Terra. Isso sem mencionar as reservas minerais, boa parte ainda desconhecida ou inexplorada, o potencial turístico e a diversidade etno-cultural. (SAE/PR, 2013, p. 27).

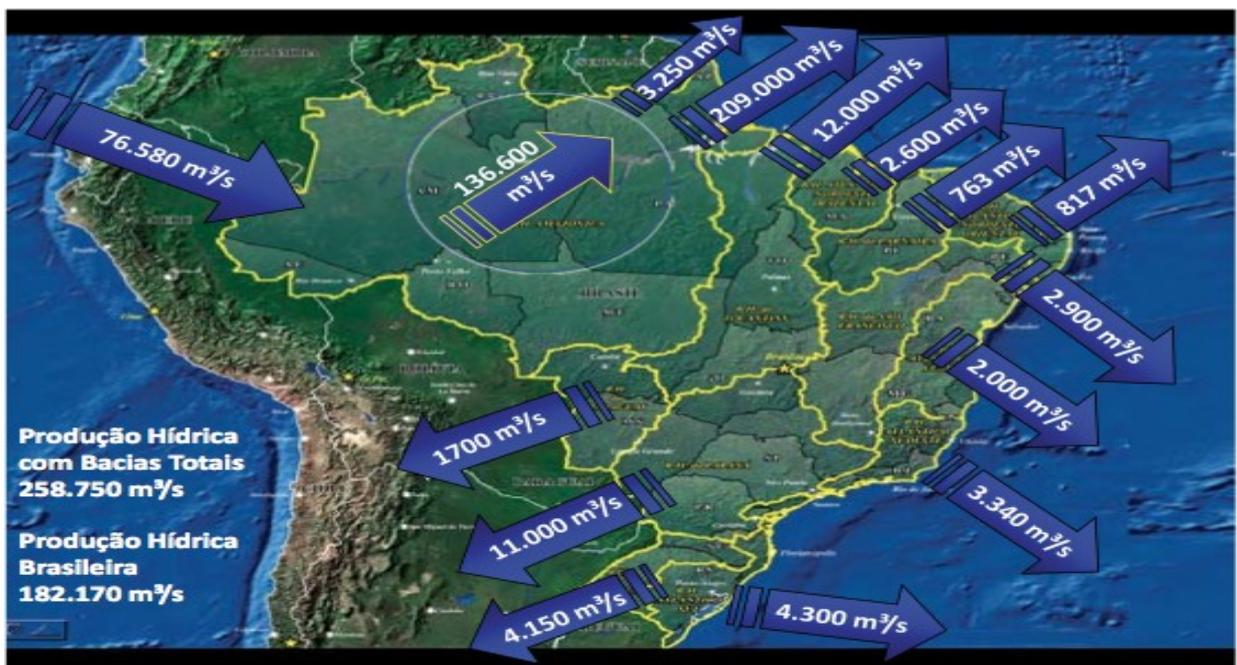


Figura 13: Produção Hídrica e Disponibilidade Hídrica
Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.

Se durante muito tempo as atenções estavam voltadas para a bacia do Prata, da segunda metade do século XX para cá, as atenções voltaram-se para a bacia do Rio Amazonas. (SAE/PR, 2013, p. 90). A cobiça internacional e o crescente interesse pela questão ambiental, assuntos já tratados neste trabalho, foram as principais razões para essa mudança de foco.

O estudo coloca que a óptica internacional de que a Amazônia era uma das “últimas fronteiras do planeta” causou uma reação por parte dos países que integram essa região. Um regime de cooperação internacional para reafirmar a soberania de cada um desses países sobre a Amazônia foi visto como caminho a ser adotado.

Foi assim que em 3 de julho de 1978 Brasil, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Suriname e Guiana assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica. A Guiana francesa não fez parte do tratado por ainda ser considerada uma colônia.

São destacados no estudo, os objetivos gerais do TCA:

- ✓ Reforçar a autonomia de cada uma das partes signatárias em relação ao desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos;
- ✓ Promover a integração dos respectivos territórios amazônicos às demais regiões de seus correspondentes territórios nacionais;
- ✓ Promover a utilização racional dos recursos naturais desses territórios, de modo a preservar o equilíbrio entre as necessidades do desenvolvimento e a conservação do meio ambiente; e
- ✓ Favorecer a troca de informações entre as partes signatárias no que tange às iniciativas nacionais de desenvolvimento dos referidos territórios.

Em 1998, através de uma emenda, os países participantes do TCA decidiram criar uma organização capaz de implementar os objetivos previstos no tratado. Assim foi criada a OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A OTCA, coordena estudos e projetos pilotos que visam esmiuçar as potencialidades da região amazônica e assim aprimorar a cooperação e integração entre os membros do tratado. (SAR/PR, 2013, p. 97).

O trabalho cita ainda outro projeto de grande importância na questão da gestão dos recursos hídricos na Amazônia de forma integrada que foi o Projeto para Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas Considerando a Variabilidade e as Mudanças Climáticas. Projeto que ficou conhecido como Projeto GEF-Amazonas.

O projeto é financiado pelo GEF (Global Environment Facility), OEA (Organização dos Estados Americanos), PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e pela própria OTCA. Os custos estimados foram de até vinte e três milhões de dólares e previam ações iniciais no período de 2005/07. Em suma, o projeto apresenta a seguinte meta:

O Projeto proposto tem como meta fortalecer o marco institucional para planejar e executar, de maneira coordenada, as atividades de proteção e gerenciamento sustentável dos recursos hídricos em face dos impactos decorrentes das ações antrópicas e mudanças climáticas na Bacia Amazônica, (BRASIL, 2012).

Em seguida, sete objetivos específicos são propostos para se atingir a esta meta principal:

- ✓ Fortalecer a visão estratégica compartilhada sobre a Bacia como base para o planejamento e gerenciamento integrado dos recursos hídricos e dos impactos decorrentes das mudanças climáticas.
- ✓ Melhorar o gerenciamento integrado dos recursos hídricos e do monitoramento dos impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, as populações humanas (modos de produção, transporte, oportunidades de desenvolvimento econômico e social) e os ecossistemas aquáticos e terrestres vulneráveis da Amazônia.
- ✓ Fortalecer e capacitar as instituições relevantes para o gerenciamento integrado dos recursos hídricos e propor medidas, planos e projetos de proteção e/ou reabilitação de áreas críticas (hot spots) da região.
- ✓ Elaborar propostas técnicas para a coordenação das atividades das instituições nacionais de controle de qualidade das águas e criar os meios para monitorá-los e os mecanismos para combater as suas causas básicas.

- ✓ Avaliar a vulnerabilidade de ecossistemas e comunidades humanas em relação às variações climáticas (particularmente as secas e enchentes) e avaliar a influência das geleiras andinas sobre o regime hídrico do Rio Amazonas.
- ✓ Harmonizar o marco legal para o gerenciamento integrado e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia, criar os instrumentos econômicos para o fortalecimento de capacidades técnicas e institucionais e a participação pública no gerenciamento dos recursos hídricos Bacia.
- ✓ Fortalecer a OTCA como uma agência de coordenação efetiva dos países da Bacia a curto, médio e longo prazo.

Alguns dos objetivos traçados para o primeiro biênio foram concluídos. Após algumas indefinições e percalços o Projeto GEF-Amazonas foi retomado em 2010. (SAE/PR, 2013).

Em síntese, Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil propõe uma análise detalhada na questão da gestão destes recursos dando-se destaque a região amazônica. O estudo vem a se somar a um acervo que ganha cada vez mais importância no cenário nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia é talvez, hoje, a região com o maior número de conflitos fundiários no país. Demanda por si só, um enorme esforço do Estado para que se alcance um desenvolvimento regional e territorial justo. Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o Estado não se mostrou eficiente na execução desta tarefa, principalmente à partir da segunda metade do século XX.

A presença de fazendeiros e pessoas ligadas à cultura de exportação na Câmara dos Deputados e no Senado são reflexo de um Estado que permanece refém do lobby e dos interesses particulares.

É evidente que os mais desfavorecidos neste cenário são pequenas comunidades locais, indígenas, posseiros e povos tradicionais que habitam a região. A representatividade política destes atores é mínima comparada com a influência exercida pelos latifundiários na elaboração de políticas públicas voltadas para a região e projetos políticos que favorecem a produção da monocultura.

O novo Código Florestal, sancionado em 2012, serve como exemplo das relações estabelecidas entre políticos e produtores rurais de grande propriedade. Fica claro que estes agentes enxergam a legislação ambiental como um entrave ao desenvolvimento.

A mudança de parâmetro para definição de APP's (no Código Florestal atual o parâmetro são os rios em seu período de cheia, ao passo que no novo Código o parâmetro passa a ser o rio em seu nível regular); a liberação de mangues, várzeas e matas de encostas para “certas” atividades econômicas agrossilvopastoris; a redução da mata obrigatória mínima nas margens de rios; a permissão da exploração de Reservas Legais e a isenção de multas e sanções por utilização irregular até julho de 2008 são apenas alguns itens que mostram o caminho que as políticas ambientais vêm tomando no Brasil.

A opção pelas rodovias que interligam o país, no governo JK e a política de desenvolvimento adotada pelo governo militar foram fatores determinantes no processo de

formação da Amazônia a qual conhecemos hoje. “A Amazônia de hoje, com suas contradições crescentes, reflete as políticas públicas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais” (Castro, 2012, p. 18).

Os programas Brasil em Ação e Avança Brasil, inseridos na lógica dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, bem como o PAC, mais recentemente, demonstram a insistência dos governos em políticas que fomentam ainda mais as disputas por terra existentes na Amazônia. “A intervenção do Estado na Amazônia tem sempre colocado na ‘comissão de frente’ os interesses econômicos de um sistema que tem gerado sistematicamente benefícios para fora.” (Castro, 2012, p. 30).

Existem, é claro, políticas, projetos e estudos que caminham em sentido contrário. Alguns no entanto, são questionáveis ou contraditórios. O Fundo Amazônia, financiado pelo BNDES, promove a gestão, o controle o monitoramento de florestas públicas, recuperação de áreas desmatadas, etc. Este mesmo BNDES financia o agronegócio de grandes produtores rurais. Ou seja, são financiamentos incongruentes, que se opõem.

A crescente mobilização e conscientização social mundial perante o meio ambiente tende, no entanto, a diminuir ou ao menos, desacelerar este processo devastador.

Mas mais uma vez, esta conscientização carece de políticas claras e definidas. As diversas conferências sobre o meio ambiente, realizadas nas últimas décadas parecem não desencadear resultados concretos. A falta de comprometimento com a causa por parte de diversas nações representa a priorização à questões econômicas sobre questões socioambientais.

O conflito de interesses desempenha papel majoritário no desenrolar desta questão. Os diversos agentes e seus segmentos apresentam metas bastante distintas. Empresários buscam, evidentemente, aumento da produção e conseqüentemente maiores lucros. As comunidades tradicionais junto com ambientalistas e ONGs almejam a preservação da cultura e do meio ambiente. Cabe o Estado procura ordenar as políticas públicas em meio a esta desordem e sofrendo pressões de ambos os lados.

Enquanto isso, assistimos de camarote a supressão da vegetação nativa da Amazônia aos moldes do que ocorreu com florestas no sul e sudeste do país em períodos anteriores.

Há de se ressaltar porém, as ações dos governos estaduais no sentido de preencher as lacunas deixadas pelo governo federal na gestão de florestas públicas e áreas protegidas. Segundo Soares-Filho (2010, apud Toni, Castro 2012) a expansão das áreas protegidas com apoio estadual foi responsável por 37% do total da diminuição do desmatamento no período 2004/06.

Toni e Castro (2012) apontam que todos os níveis do governo tem autoridade para criar UC's, tendo sido os governos estaduais responsáveis pela criação de 50% das unidades de conservação na região até 2009.

Independentemente disto, as comunidades locais parecem muitas vezes não estarem inseridas nas políticas governamentais. Exemplo claro disso são as construções de hidrelétricas que causam enorme impacto socioambiental ao passo que seu benefício não é compartilhado com as populações locais (Sauer, 2011, p. 413). Em muitos casos tem-se indústrias que, por consumirem muita energia demandam a construção de hidrelétricas que podem por exemplo acarretar na expropriação de habitantes locais, sendo que o único consumidor da energia ali produzida será a indústria em questão.

Desta forma, não apenas a questão ambiental passa a ser vista como empecilho ao desenvolvimento para os empresários, mas também a questão social e suas reivindicações. Observamos nos noticiários, quase que diariamente, os balanços da produção de soja e a comparação com a safra anterior. A monocultura e a visão de que o Brasil será o novo “celeiro mundial” imperam nos dias de hoje. Comunidades e povos tradicionais não são, na maioria das vezes, ao menos citados. Coloca-se que a exportação de grãos é um bem que se faz a nação brasileira, quando na verdade, os beneficiários desta prática econômica são poucos.

As agroestratégias, buscando a incorporação de terras aprofundam as práticas ilegais como a grilagem. Grilagem que ocorre por meio de uma rede de agentes influentes em cartórios e órgãos públicos, facilitando a transferência de territórios públicos ao domínio privado. (Sauer, 2011, p. 413).

Interpretações equivocadas são feitas por outras parcelas da população. A luta pela terra por parte das comunidades tradicionais da Amazônia são questionadas e julgadas como conservadoras por resistirem ao ‘desenvolvimento’, seja tecnológico, cultural, etc. Ao não se enquadrarem no padrão de desenvolvimento estabelecido pelo capitalismo, a causa destas comunidades é, muitas vezes, desmerecida.

Giddens (apud Sauer, 2011, p. 415) faz inteligente colocação ao enfatizar que a na verdade estas comunidades, assim como qualquer outra está em constante desenvolvimento. O fato de este desenvolvimento não se enquadrar nos padrões modernos é que faz com que parte da sociedade não se solidarize com a luta. As comunidades são, muitas vezes, vistas como culturas imutáveis e presas ao passado.

A expropriação de terras se resume ao fato de que a terra é vista, no mundo moderno e capitalista, como um meio de produção. Por não fazer parte desta lógica, as terras pertencentes a estes povos são passivas a apropriação por parte do latifúndio.

As políticas desenvolvimentistas implantadas a partir do governo militar e as mais recentes no governo FHC através dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e no governo Lula através do PAC, ao tratarem a região Amazônica como homogênea, ao ignorarem as diferenças culturais e ambientais, ao beneficiar grandes grupos e empresários, trouxeram graves consequências à população que lá habitava. “são lições a aprender como não planejar uma região” (Becker, 2004, p. 27).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil de notícias. **Integração da Amazônia requer soluções geradas na própria região.** Disponível em <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-06-13/integracao-da-amazonia-requer-solucoes-geradas-na-propria-regiao-diz-pesquisador>>, acesso em 03/09/2012 às 18:15h.

BECKER, Bertha K. **Relações de Trabalho e Mobilidade na Amazônia Brasileira: Uma Contribuição.** Boletim carioca de geografia, Rio de Janeiro, v. 32, n.17-18, p. 26-50, 1982.

_____.**"Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia"**. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.

_____.**Geopolítica da Amazônia.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100005&script=sci_arttext>, acesso em 18/09/2012 às 16:00h.

_____.**Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Disponível em <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper28.pdf>>, acesso em 28/08/2012 às 18:42h.

_____. **Amazônia, hoje e sempre** – www.memorialdomeioambiente.org.br/projeto/down/bertha_becker.doc

_____.**Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia.** Disponível em <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_4_becker.pdf>, acesso em 29/07/2012 às 18:49h.

BRASIL, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. **Conflitos sócio-ambientais da Amazônia: sociedade e ambiente ameaçados.** Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3425>>, acesso em 27/09/2012 às 20:56h.

_____.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**, 2008, p. 123.

_____.Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento.** Disponível em <<http://www.pac.gov.br>>, acesso 13/08/2012.

_____.Presidência da República. **Regularização fundiária na Amazônia Legal.** Disponível em <<http://multimidia.brasil.gov.br/regularizacaoofundiaria/infografia-timeline.html>>, acesso em 27/09/2012 às 18:27h.

_____. Projeto GEF Amazonas OTCA/PNUMA/OEA. Disponível em <<http://www.otca.org.br/gefam/index.php?idioma=pt>>, acesso 11/07/2012.

BRASIL ESCOLA. **Amazônia**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/amazonia.htm>>, acesso em 21/09/2012 às 15:20h.

_____. **O processo de ocupação da Amazônia**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/o-processo-ocupacao-amazonia.htm>>, acesso em 30/08/2012 às 18:25h.

COSTA. Terras E Territórios Na Amazônia: Demandas, Desafios E Perspectivas. **Editora UnB, 2011**.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: A experiência dos anos 50**. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_05.htm>, acesso em 25/07/2012 às 10:21h.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo and ALMEIDA, Samuel. **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas**. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.53 [cited 2013-07-21], pp. 157-166. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100010>.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **O papel do estado no desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/210>>, acesso em 17/09/2012 às 21:31h.

GAMA, William; VELHO, Léa. **A cooperação científica internacional na Amazônia**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200012&lng=en&nrm=iso, acesso em 18/09/2012 às 18:17h.

_____. O papel do Estado na regulação do acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 1990: o caso do Inpa. Tese de Doutorado, Campinas, DPCT/Unicamp, 2004.

GUIMARÃES, Sérgio Fonseca. "A Gestão da cooperação internacional do Inpa: diretrizes básicas para consolidação", em Gestão da Cooperação Internacional –

experiências e depoimentos, Coletânea de ensaios dos participantes do IV Procint, FEA/ USP, Org. por Jacques Marcovitch e Maria Selma Baião, 1994.

HALLER, Archibald O. et al . **Os níveis de desenvolvimento socioeconômico da população da Amazônia brasileira: 1970 e 1980.** Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200000500010&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Feb. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-5970200000500010>.

JORNAL O ESTADÃO. Linha do tempo: **entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia.** Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae.linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia,407092,0.htm>>, acesso em 15/10/2012 às 13:25h.

JÚNIOR SANTOS, Sérgio Veloso dos. **A Integração Amazônica ao Capitalismo Global: Estado e território na globalização.** Seminário de Relações Internacionais – 1º Seminário de Pós-Graduação. Workshop Doutoral – Economia Política Internacional. PUC-Rio. Disponível em <www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download%3FID_ARQUIVO%3D398+%&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEESjlL4-iKt47JWQ9xS1fb_kcxa7IEma8qYybDH51L-k_B2XOnlpJ28RVZNBXetVrtD4EWadesYfmpHWyt18T3Oj_rHWN4WqemQzR5Ee6ExeUpzeJsHABmsIJBGVkCGKSJtDGgt&sig=AHIEtbRRbW9K6R8WqFR6g75dAauqfSi9VA>, acesso em 02/09/2012 às 17:53h.

LUIZ, Edson. **Fraudes na Sudan sem solução.** Disponível em <<http://www.prto.mpf.gov.br/news/fraudes-na-sudam-sem-punicao>>, acesso 22/08/2012 às 09:25h.

MACHADO,L. “**Mitos e Realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1550-1912)**”, Tese de doutorado, Univ.de Barcelona, 1989.

_____. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira.** In: Cadernos, IPPUR/UFRJ nº 13, 1999.

MELLO, Neli Ap. de. **Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922003000100016&lng=en&nrm=iso, acesso em 11/09/2012 às 20:29h.

MESQUITA. Terras E Territórios Na Amazônia: Demandas, Desafios E Perspectivas. Editora UnB, 2011.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu e COELHO, Maria Célia Nunes. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia.** Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/38/32>>, acesso em 08/08/2012.

MOTTA, João Ricardo Santos Torres da. **Medidas adotadas pelo governo FHC para o desenvolvimento Econômico**. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/006485.pdf>>, acesso em 27/07/2012.

NASSER, Bianca. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1406.pdf>, acesso em 28/09/2012.

NEPSTAD. **Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia. Relatório do projeto “Cenários Futuros para a Amazônia”**. 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43 [cited 2013-07-21], pp. 185-206 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>.,

SATHLER, Douglas; MONTE-MOR, Roberto L.; CARVALHO, José Alberto Magno de. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100002&lng=en&nrm=iso, acesso em 07/09/2012 às 18:40h.

SAUER, SÉRGIO e ALMEIDA, WELLINGTON (ORG.) **Terras E Territórios Na Amazônia: Demandas, Desafios E Perspectivas**. Editora UnB, 2011.

SERRA e FERNANDEZ. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

THÉRY, H. ; Mello, Neli Aparecida de . Atlas do Brasil, **Disparidades e dinâmicas do território**. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 2005. v.1. 312 p.

TILIO NETO, Petrônio De. **Soberania e Ingerência na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Plêiade, 2009.

TONI e CASTRO. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Editora CEJUP- 2001

VAL, Adalberto. **Amazônia requer soluções geradas na própria região.** Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-13/integracao-da-amazonia-requer-solucoes-geradas-na-propria-regiao-diz-pesquisador> >, acesso em 13/06/2012.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos; LÓCIO, Aprigio Botelho e SALES, Raquel da Silva. **Os eixos de integração Nacional e a integração Regional da infra-estrutura Sul-americana.** Disponível em < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_16.pdf>, acesso em 29/07/2012.